



SÃO PAULO (Estado). Secretaria da Educação. Coordenadoria de Gestão da Educação Básica. Orientações didáticas fundamentais sobre as expectativas de aprendizagem de língua portuguesa: anos iniciais do ensino fundamental (1º ao 5º ano). São Paulo: SEE/CGEB, 2013.

1 – O trabalho com a linguagem oral na perspectiva adotada na organização curricular do ensino de língua portuguesa dos anos iniciais do Ensino Fundamental e, portanto, nas expectativas de aprendizagem, precisa ser compreendido, segundo Kátia Bräkling, como:

I – Um exercício indiscriminado de fala, com o qual comumente se almeja que o aluno “aprenda a sua vez de falar”, “respeite a vez do colega”, “fale em voz alta, clara e de maneira bem articulada”.

II – Prática que supõe organizar discursos orais em diferentes situações de comunicação que requerem a organização desses discursos em gêneros típicos do oral.

III – Atividades frequentes de leitura em voz alta para, entre outros objetivos, se aprimorar a linguagem oral.

IV – Orientações ao aluno para que ele recontе aos colegas, por exemplo, a história “A princesa e o grão de ervilha” lida para a classe pela professora.

V – Vários eventos de comunicação – como seminário, roda de leitores, por exemplo – nos quais circulam gêneros orais que devem ser objeto de ensino.

De acordo com o documento “Orientações didáticas fundamentais sobre as expectativas de aprendizagem de língua portuguesa: anos iniciais do ensino fundamental” (2013) a alternativa correta é a que contém os seguintes itens:

- A) I, II e III
- B) II e IV
- C) III e IV
- D) II e V
- E) I e V

2 – O supervisor Luiz acompanhou uma reunião de professores do 1º ao 5º ano com a coordenadora pedagógica de uma escola. O propósito do grupo era discutir práticas de produção de texto. Luiz anotou algumas falas. Aponte aquelas que deverão ser revistas pelo coordenador pedagógico por conterem problemas conceituais e / ou de encaminhamentos didáticos contrários às Orientações Curriculares e Expectativas de Aprendizagem da SEE/CGEB, 2013.

I – Professora Ana (2º ano): Não acho que a reescrita ajude os alunos na produção de texto, porque eles já conhecem a história. Fica parecendo quase uma cópia.

II – Professora Célia (1º ano). - Eu percebo que para meus alunos – mesmo os que ainda não escrevem convencionalmente – é sempre muito produtiva a reescrita coletiva. As crianças ditam as histórias que li e discuti com elas e eu vou escrevendo na lousa as partes ditadas. A cada momento releio o que já escrevi e pergunto se está bom, se é possível melhorar o texto, como podemos continuar...

III – Professor João (4º ano). Eu gostaria de socializar uma atividade de produção de texto que trabalhei com minha turma. Organizei os alunos em duplas e lhes entreguei uma história em quadrinhos como fonte de inspiração temática, seguida da comanda: “após ler as tirinhas e relacionar com o que você já sabe sobre o assunto, produza um texto com o título: “A destruição de nossas matas”. Minha expectativa era que escrevessem sobre a destruição do meio ambiente, pois este conteúdo já vinha sendo estudado em classe. No entanto, não foi isso que aconteceu. Algumas duplas apenas descreveram as tirinhas escrevendo um parágrafo para cada uma. Outras fizeram uma lista de prescrições sobre o cuidado com o desmatamento. De qualquer forma, achei válida a atividade, porque os alunos são pequenos e ainda apresentam muitas dificuldades.

IV - Professora Joana (5º ano). Estou investindo com minha turma em atividades de revisão textual. Costumo usar diferentes procedimentos: Escolho o texto de um aluno e o coloco na lousa tal como foi escrito depois vou lendo e problematizando a escrita com a turma. Outras vezes organizo os alunos em duplas e lhes entrego uma cópia de um texto produzido por um colega. Chamo a atenção para diferentes aspectos: sequência de ideias, palavras repetidas, clareza para o possível leitor. Não me prendo inicialmente em questões como ortografia...

Estão corretas as falas dos professores contidas em:

A) I e II

B) II e IV

C) III e IV

D) I e III

E) II e III

SÃO PAULO (Estado). Secretaria da Educação. Proposta Curricular do Estado de São Paulo. São Paulo: SE, 2012 - p. 07-20.

3 – No documento que apresenta a Proposta Curricular do Estado de São Paulo, são enunciados princípios para um currículo comprometido com seu tempo e são explicitadas implicações para a efetivação de tal currículo, com análise das características do que se pode entender como “uma escola à altura dos tempos atuais”.

Assinale a única alternativa correta:

Em relação aos **gestores**, recomenda-se a eles que:

A) enquanto responsáveis pelo trabalho da escola, divulguem aqueles princípios aos professores, insistam na sua aplicação e ajudem quando solicitados.

B) como pedagogos, elaborem projetos didáticos interdisciplinares, facilitando que os diversos professores se ajustem às modificações exigidas.

C) enquanto articuladores das atividades curriculares, observem as aulas dos professores para conferir se o trabalho foca especificamente os conteúdos escolares que precisam ser ensinados, como condição para o desenvolvimento de competências.

D) como responsáveis pela elaboração do projeto pedagógico, utilizem, intencionalmente, os momentos de convivência para divulgá-lo a todos.

E) como formadores, apliquem com professores tudo aquilo que recomendam a estes para aplicarem com seus alunos.

4 – Sobre a Proposta Curricular do Estado de São Paulo está correto o conteúdo em:

I – As atividades extraclasse não podem ser consideradas curriculares.

II – A aprendizagem por competências caracteriza modos de ser, raciocinar e interagir que podem ser apreendidos das ações e das tomadas de decisão em contextos de problemas, tarefas ou atividades.

III - É desejável que o professor, quando formula o seu plano de trabalho, indique claramente o que vai ensinar. Assim, após grande esforço, ao final do ano, tendo cumprido seu plano, diante de eventual fracasso do aluno, o professor pode se assegurar de que fez sua parte, ensinando, e que foi o aluno que, por qualquer motivo, não aprendeu.

IV - Só por meio da linguagem será possível concretizar a constituição das demais competências, tanto as gerais como aquelas associadas a disciplinas ou temas específicos. Para desenvolvê-la é indispensável que seja objetivo de aprendizagem de todas as disciplinas do currículo, ao longo de toda a escolaridade básica.

Está correto o contido em:

- A) Apenas I
- B) II e IV
- C) Apenas IV
- D) I e III
- E) Apenas III

SÃO PAULO (Estado). Deliberação CEE 138/16. Fixa normas para autorização de funcionamento e supervisão de estabelecimentos e cursos de educação infantil, ensino fundamental, médio e de educação profissional de nível técnico, no sistema estadual de ensino de São Paulo. (Indicação CEE 141/16 anexa).

5 – Numa Diretoria de Ensino foi protocolado pedido de autorização para funcionamento de um estabelecimento de ensino particular, que ministraria cursos presenciais de habilitação profissional de nível técnico. O pedido foi feito em maio para início de funcionamento em outubro de 2018.

Cumprindo o disposto na Deliberação CEE N° 138/16 e Indicação CEE 141/16 são corretas as seguintes providências:

I – O Dirigente Regional de Ensino constitui Comissão Especial de Supervisores para analisar a documentação que instrui o expediente e elaborar parecer, no qual apontará, se necessário, providências a serem atendidas no relatório, no regimento escolar e Proposta Pedagógica, bem como no prédio e nos equipamentos que forem vistoriados.

II – Uma Comissão de Supervisores, ao examinar o pedido de autorização de uma escola de educação infantil observou que faltavam aspectos importantes na Proposta Pedagógica apresentada. Nela constavam os seguintes itens:- identificação da Instituição; contextualização e caracterização da escola; - objetivos e metas da Instituição; currículo; - proposta de formação continuada, atualização e aperfeiçoamento da equipe escolar. Os itens faltantes são:

- planta atualizada do prédio, aprovada pela Prefeitura Municipal ou assinada por engenheiro registrado no CREA, ou arquiteto registrado no CAU, que será responsável pela veracidade dos dados;

- descrição sumária dos materiais e dos equipamentos didáticos disponíveis para uso dos alunos e professores;

III – Devem constar no Relatório apresentado pela escola solicitante de autorização de funcionamento os seguintes itens, entre outros: qualificação do Diretor responsável, com sua titulação e "curriculum vitae" resumido; – comprovação de ocupação legal do imóvel onde funcionará o estabelecimento de ensino, por meio de escritura que comprove a propriedade do imóvel; descrição sumária dos espaços, mobiliários e ambientes para atividades pedagógicas e administrativas, com os seus respectivos usos; laudo firmado por profissional registrado no CREA ou no CAU, responsabilizando-se pelas condições de habitabilidade e uso do prédio para o fim proposto, com a devida Anotação de Responsabilidade Técnica de Obras e Serviços.

IV – São corretos o que constam nos seguintes artigos:

Art. 17 - O funcionamento do estabelecimento de ensino em mais de um endereço poderá ocorrer automaticamente, sem autorização prévia da Diretoria de Ensino, uma vez que, para a sede central, a autorização de funcionamento já foi concedida.

Art. 18 - A mudança de denominação de estabelecimento de ensino deverá ser comunicada ao supervisor que acompanha a escola e à comunidade escolar.

Está correta o que consta em:

- A) I, II e III
- B) III e IV
- C) I e III



- D) II e IV
- E) Apenas III

Decreto 57.141 de 2011 – Reorganiza a Secretaria da Educação

6 - No Decreto 57.141 de 2011, Seção X, que trata das Diretorias de Ensino, o seu Artigo 70 vai estabelecer as atribuições das Diretorias de Ensino em suas respectivas áreas de circunscrição em articulação com as unidades centrais da Secretaria, a saber:

I - gerir o processo de ensino-aprendizagem no cumprimento das políticas, diretrizes e metas da educação e as atividades administrativas, financeiras e de recursos humanos, que lhes forem pertinentes;

II - monitorar os indicadores de desempenho das escolas para o atendimento das metas da Secretaria;

III - supervisionar e acompanhar o funcionamento das escolas, observando o cumprimento de programas e políticas; o desenvolvimento do ensino; a disponibilidade de material didático e de recursos humanos;

IV - subsidiar a elaboração dos regimentos das escolas;

V - assistir e acompanhar a direção das escolas, em especial quanto a instalações físicas, equipamentos, mobiliários e serviços de atendimento aos alunos;

VI - supervisionar e orientar as escolas com relação às atividades e registros de vida escolar dos alunos, executando o que couber à Diretoria de Ensino;

VII - dimensionar as necessidades de atendimento escolar e consolidar a demanda por vagas;

VIII - orientar: a aplicação dos sistemas de avaliação do desempenho da educação básica; os levantamentos censitários; os demais levantamentos de informações e pesquisas;

IX - implementar, em articulação com a Escola de Formação e Aperfeiçoamento dos Professores, programas de educação continuada de docentes e demais servidores da Diretoria de Ensino;

X - articular as atividades do Núcleo Pedagógico com as da Equipe de Supervisão de Ensino, para garantir unidade e convergência na orientação às escolas.

Com base nas afirmações acima, responda qual alternativa representa a resposta correta:

- A) Somente as afirmações I, II, III, IV e V estão corretas
- B) Somente as afirmações II, III, VIII e IX estão corretas
- C) Somente as afirmações II, VI, VII, VIII e X estão corretas
- D) Todas as afirmações estão corretas
- E) Somente as afirmações I, II, III, IV, V, VI, VII, VIII e IX estão corretas

Decreto 57.141 de 2011 – Reorganiza a Secretaria da Educação

7 - No Decreto 57.141 de 2011, Seção X, que trata das Equipes de Supervisão de Ensino, o seu Artigo 72 vai estabelecer as atribuições das Equipes de Supervisão, por meio dos Supervisores de Ensino que as integram, a saber:

I - exercer, por meio de visita semestral, a supervisão e fiscalização das escolas incluídas no setor de trabalho que for atribuído a cada um, prestando a necessária orientação técnica e providenciando correção de falhas administrativas e pedagógicas, sob pena de responsabilidade, conforme previsto no inciso I do artigo 9º da Lei Complementar nº 744, de 28 de dezembro de 1993;

II - assessorar, acompanhar, orientar, avaliar e controlar os processos educacionais implementados nas diferentes instâncias do Sistema;

III - assessorar e/ou participar, quando necessário, de comissões de apuração preliminar e/ou de sindicâncias, a fim de apurar possíveis ilícitos administrativos;

IV - nas respectivas instâncias regionais participar do processo coletivo de construção do plano de trabalho da Diretoria de Ensino e da elaboração e do desenvolvimento de programas de educação continuada propostos pela Secretaria para aprimoramento da gestão escolar; acompanhar a utilização dos recursos financeiros e materiais para atender às necessidades pedagógicas e aos princípios éticos que norteiam o gerenciamento de verbas públicas; elaborar relatórios periódicos de suas atividades relacionadas ao funcionamento das escolas nos aspectos pedagógicos, de gestão e de infraestrutura, propondo medidas de ajuste necessárias; assistir o Dirigente Regional de Ensino no desempenho de suas funções;

V - junto às escolas da rede pública estadual da área de circunscrição da Diretoria de Ensino a que pertence cada Equipe apresentar à equipe escolar as principais metas e projetos da Secretaria, com vista à sua implementação e auxiliar a equipe escolar na formulação da proposta pedagógica, acompanhando sua execução e, quando necessário, sugerindo reformulações e também de metas

voltadas à melhoria do ensino e da aprendizagem dos alunos, articulando-as à proposta pedagógica, acompanhando sua implementação e, quando necessário, sugerindo reformulações; participar da análise dos resultados do processo de avaliação institucional que permita verificar a qualidade do ensino oferecido pelas escolas, auxiliando na proposição e adoção de medidas para superação de fragilidades detectadas; acompanhar as ações desenvolvidas nas horas de trabalho pedagógico coletivo - HTPC, realizando estudos e pesquisas sobre temas e situações do cotidiano escolar, para implementação das propostas da Secretaria e a atuação do Conselho de Classe e Série, analisando os temas tratados e o encaminhamento dado às situações e às decisões adotadas; assessorar a equipe escolar na interpretação e no cumprimento dos textos legais e na verificação de documentação escolar;

VI - junto às escolas da rede particular de ensino, às municipais e às municipalizadas da área de circunscrição da Diretoria de Ensino a que pertence cada Equipe: apreciar e emitir pareceres sobre as condições necessárias para autorização e funcionamento dos estabelecimentos de ensino e cursos, com base na legislação vigente;

Com base nas afirmações acima, responda qual alternativa representa a resposta incorreta:

- A) As afirmações I e II estão corretas
- B) As afirmações II, III estão corretas
- C) As afirmações III e IV estão corretas
- D) As afirmações IV e V estão corretas
- E) As afirmações V e VI estão corretas

Lei 7.398 de 1985 – Organização de entidades representativas dos estudantes

8 - A Lei Federal 7.398 de 04/11/1985 foi sancionada pelo Presidente da República e seu Artigo 1º determina que aos estudantes dos estabelecimentos de ensino de 1º e 2º graus fica assegurada a organização de Estudantes como entidades autônomas representativas dos interesses dos estudantes secundaristas com finalidades educacionais, culturais, cívicas, esportivas e sociais. E também que a organização, o funcionamento e as atividades dos Grêmios serão estabelecidos nos seus estatutos, aprovados em Assembleia Geral do corpo discente de cada estabelecimento de ensino convocada para este fim e que

a aprovação dos estatutos, e a escolha dos dirigentes e dos representantes do Grêmio Estudantil serão realizadas pelo voto _____ e _____ de cada estudante observando-se no que couber, as normas da legislação eleitoral.

Em acordo com a legislação, aponte a alternativa que preencha as lacunas mantendo a legalidade no processo eleitoral:

- A) indireto e secreto
- B) direto e secreto
- C) indireto e aberto
- D) direto e aberto
- E) indireto e nominal

Brasil. Ministério da Educação – Conselhos Escolares: Democratização da Escola

9 - O texto do Ministério da Educação “Conselhos Escolares: Democratização da escola e construção da cidadania” reafirma que os Conselhos são uma instância de discussão, acompanhamento e deliberação, na qual se busca incentivar uma cultura democrática, substituindo a cultura patrimonialista pela cultura participativa e cidadã. Se considerarmos a contribuição fundamental da escola pública para a construção de uma cidadania participativa e a tomarmos como uma construção permanente e coletiva, veremos que os Conselhos Escolares são, primordialmente, o sustentáculo de projetos político-pedagógicos que permitem a definição dos rumos e das prioridades das escolas numa perspectiva emancipadora, que realmente considera os interesses e as necessidades da maioria da sociedade. O projeto político-pedagógico elaborado apenas por especialistas não consegue representar os anseios da comunidade escolar, por isso ele deve ser entendido como um processo que inclui as discussões sobre a comunidade local, as prioridades e os objetivos de cada escola e os problemas que precisam ser superados, por meio da criação de práticas pedagógicas coletivas e da co-responsabilidade de todos os membros da comunidade escolar. Esse processo deve ser coordenado e acompanhado pelos Conselhos Escolares. Para a elaboração coletiva desse projeto educativo, devemos considerar as seguintes afirmações:

- I - a experiência acumulada pelos profissionais da educação de cada escola;
- II - a cultura da comunidade;
- III - os currículos locais;
- IV - a troca de experiências educacionais;

- V - uma bibliografia especializada;
- VI - as normas e diretrizes do seu sistema de ensino;
- VII - as Diretrizes Curriculares Nacionais.

Aponte a alternativa que está em acordo com o texto legal.

- A) Somente I, II, III, IV e V estão corretas
- B) Somente I, II, III, IV e VI estão corretas
- C) As alternativas I, II, III, IV, V, VI, VII estão corretas
- D) Somente as alternativas II, III, IV, V e VI estão corretas
- E) Somente as alternativas III, IV, V, VI e VII estão corretas

Brasil. Ministério da Educação – Conselhos Escolares: Democratização da Escola

10 - O texto do Ministério da Educação “Conselhos Escolares: Democratização da escola e construção da cidadania” apresenta quem deve fazer parte dos Conselhos Escolares: a direção da escola e a representação dos estudantes, dos pais ou responsáveis pelos estudantes, dos professores, dos trabalhadores em educação não-docentes e da comunidade local. Como todo órgão colegiado, o Conselho Escolar toma decisões coletivas. Ele só existe enquanto está reunido. Ninguém tem autoridade especial fora do colegiado só porque faz parte dele. Contudo, o diretor atua como coordenador na execução das deliberações do Conselho Escolar e também como o articulador das ações de todos os segmentos, visando à efetivação do projeto pedagógico na construção do trabalho educativo. Ele poderá – ou não – ser o próprio presidente do Conselho Escolar, a critério de cada Conselho, conforme estabelecido pelo Regimento Interno. Os membros efetivos são os representantes de cada segmento. Os suplentes podem estar presentes em todas as reuniões, mas apenas com direito a voz, se o membro efetivo estiver presente. Recomenda-se que os Conselhos Escolares sejam constituídos por um número ímpar de integrantes, procurando-se observar as diretrizes do sistema de ensino e a proporcionalidade entre os segmentos já citados. Esse texto ainda aponta que existe um membro nato.

Escolha a alternativa que está em acordo com o texto:

- A) O representante escolhido pelos pais será o membro nato
- B) O representante escolhido pelos alunos será o membro nato
- C) O representante escolhido pelos funcionários será o membro nato
- D) O coordenador pedagógico será o membro nato

- E) O diretor de escola será o membro nato

Decreto 12.983 de 1978 – Estatuto Padrão das Associações de Pais e Mestres

11 - O Decreto 12.938 de 1978 estabelece o Estatuto Padrão das Associações de Pais e Mestres (APM). A APM é instituição auxiliar da escola e terá por finalidade colaborar no aprimoramento do processo educacional, na assistência ao escolar e na integração família-escola-comunidade. Como entidade com objetivos sociais e educativos, não terá caráter político, racial ou religioso e nem finalidades lucrativas. No seu artigo 4º fica estabelecido que para a consecução dos fins a que se referem os artigos anteriores, a Associação se proporá a:

I - colaborar com a direção do estabelecimento para atingir os objetivos educacionais colimados pela escola;

II - representar as aspirações da comunidade e aos pais de alunos junto à escola;

III - mobilizar os recursos humanos, materiais e financeiros da comunidade, para auxiliar a escola, provendo condições que permitam a melhoria do ensino; o desenvolvimento de atividades de assistência ao escolar, nas áreas sócio-econômica e de saúde; a conservação e manutenção do prédio, do equipamento e das instalações; a programação de atividades culturais e de lazer que envolvam a participação conjunta de pais, professores e alunos;

IV - colaborar na programação do uso do prédio da escola pela comunidade, inclusive nos períodos ociosos, ampliando-se o conceito de escola como "Casa de Ensino" para "Centro de Atividades Comunitárias";

V - favorecer o entrosamento entre pais e professores possibilitando aos pais, informações relativas tanto aos objetivos educacionais métodos e processos de ensino, quanto ao aproveitamento escolar de seus filhos e aos professores, maior visão das condições ambientais dos alunos e de sua vida no lar.

De acordo com esta legislação a alternativa correta seria:

- A) Somente as afirmações I, II, e III estão corretas
B) Somente as afirmações II, III, e IV estão corretas
C) Somente as afirmações I, IV e V estão corretas
D) As afirmações IV e V estão incorretas

- E) Todas as afirmações estão corretas

Decreto 12.983 de 1978 – Estatuto Padrão das Associações de Pais e Mestres

12 - O Decreto 12.938 de 1978 estabelece o Estatuto Padrão das Associações de Pais e Mestres (APM). Na SEÇÃO III em seu Artigo 6º fica estabelecido que os meios e recursos para atender os objetivos da APM, serão obtidos através de:

- I – contribuição dos sócios
- II - convênios;
- III - subvenções diversas;
- IV - doações;
- V - promoções diversas;
- VI- taxa no ato da matrícula
- VI - outras fontes.

De acordo com a lei, aponte a alternativa falsa:

- A) As afirmações I e II são verdadeiras
- B) As afirmações III e IV são verdadeiras
- C) As afirmações I e V são verdadeiras
- D) As afirmações V e VI são verdadeiras
- E) As afirmações V e VII são verdadeiras

Deliberação CEE 10/97 e Indicação CEE 9/97 Normas para elaboração dos Regimentos

13 - O Conselho Estadual de Educação, através da Deliberação CEE 10/97 que fixa normas para elaboração do Regimento dos Estabelecimentos de Ensino Fundamental e Médio e da Indicação CEE 9/97 vai estabelecer as condições para a Classificação e Reclassificação de Alunos com base na LDB. Com base na idade, na competência ou outros critérios (caput do artigo 23), a escola “poderá reclassificar os alunos, inclusive quando se tratar de transferências entre estabelecimentos situados no País e no Exterior, tendo como base as normas curriculares gerais”. É preciso incluir no Regimento Escolar as regras para isso. Idade e competência são fatores relevantes para a reclassificação, mas é possível estabelecer outros critérios. A “classificação” está prevista no inciso II do artigo 24 e se realiza “em qualquer série ou etapa, exceto a primeira do Ensino Fundamental...”, ocorrendo:

I) por promoção, para alunos da própria escola, com aproveitamento da série ou etapa anterior, e isso decorre automaticamente das normas previstas no Regimento Escolar;

II) por transferência, para candidatos de outras escolas;

III) mediante avaliação feita pela escola, independentemente de escolarização anterior. Aos casos de transferência pode-se aplicar a reclassificação.

IV) quando o aluno é indisciplinado e faz-se necessário a sua saída mais rápida da unidade escolar.

Aponte a alternativa incorreta:

- A) As afirmações I e II estão corretas
- B) As afirmações I e III estão corretas
- C) As afirmações I e IV estão corretas
- D) As afirmações II e III estão corretas
- E) As afirmações I, II e III estão corretas

Deliberação CEE 10/97 e Indicação CEE 9/97 Normas para elaboração dos Regimentos

14 - O Conselho Estadual de Educação, através da Deliberação CEE 10/97 que fixa normas para elaboração do Regimento dos Estabelecimentos de Ensino Fundamental e Médio e da Indicação CEE 9/97 vai estabelecer os Tópicos Mínimos a Constarem dos Regimentos Escolares. O Regimento Escolar, no seu conjunto, deve ser um texto destituído de minúcias e particularidades conjunturais, mas precisa conter um mínimo de preceitos que, refletindo as medidas do estabelecimento para realização de sua proposta pedagógica, regulamentem as relações entre os participantes do processo educativo. São os seguintes os tópicos mínimos:

I - Identificação do estabelecimento

II - Fins e objetivos do estabelecimento

III - Organização Administrativa e Técnica.

IV - Organização da Vida Escolar.

V - Direitos e Deveres dos Participantes do Processo Educativo.

Assinale a alternativa correta:

- A) Os tópicos I, II, III, IV e V estão corretos
- B) Somente os tópicos I, II, III e IV estão corretos
- C) Somente os tópicos II, III, IV e V estão corretos
- D) Somente os tópicos I, III, IV e V estão corretos

- E) Somente os tópicos III, IV e V estão corretos

Indicação CEE 13/97 – Diretrizes para elaboração de Regimento

15 - A Indicação CEE 13/97 que trata das Diretrizes para elaboração do regimento das escolas do Estado de São Paulo vai tratar do encaminhamento e aprovação do Regimento. Determina o seguinte:

I) **Escolas estaduais:** a Secretaria do Estado da Educação poderá elaborar disposições regimentais comuns, que deverão ser encaminhadas ao Conselho Estadual de Educação; se houver opção por regimento individualizado por escola, ou por regimento com parte que preserve a individualidade da escola, o Conselho Estadual de Educação delegará competência aos órgãos próprios da Secretaria do Estado da Educação para que procedam à análise e aprovação.

II) **Instituições criadas por leis específicas,** para ministrar Educação Básica e Educação Profissional, encaminharão seus regimentos ao Conselho Estadual de Educação.

III) **Escolas Municipais:** a competência é do Sistema Estadual de Ensino e, quando de sua inexistência, o encaminhamento será feito às respectivas Delegacias Estaduais de Ensino.

IV) **Escolas particulares:** encaminhamento às Delegacias de Ensino a que se achem jurisdicionadas.

Com base na legislação aponte a alternativa incorreta:

- A) A afirmação I está correta
- B) A afirmação II está correta
- C) A afirmação III está correta
- D) A afirmação IV está correta
- E) As afirmações I e II estão corretas

LEI COMPLEMENTAR 444 – ESTATUTO DO MAGISTÉRIO

16 - No Estatuto do Magistério, Capítulo XI, Seção I, Artigo 61, ficam estabelecidos os Direitos dos integrantes do Quadro do Magistério. São eles:

- I – ter a seu alcance informações educacionais, bibliografia, material didático e

outros instrumentos que auxiliem e estimulem a melhoria de seu desempenho profissional e a ampliação de seus conhecimentos;

II – ter assegurada a oportunidade de frequentar cursos de formação, atualização e especialização profissional;

III – dispor, no ambiente de trabalho, de instalações e material técnico-pedagógico suficientes e adequados para que possa exercer com eficiência e eficácia suas funções;

IV – ter liberdade de escolha e de utilização de materiais, de procedimentos didáticos e de instrumento de avaliação do processo ensino-aprendizagem, dentro dos princípios psicopedagógicos, objetivando alicerçar o respeito à pessoa humana e a construção do bem comum;

V – ter assegurada a igualdade de tratamento no plano técnico-pedagógico, independentemente do regime jurídico a que estiver sujeito;

VI – participar, como integrante do Conselho de Escola, dos estudos e deliberações que afetam o processo educacional;

VII – participar do processo de planejamento, execução e avaliação das atividades escolares;

Assinale a alternativa que está em acordo com a legislação em vigor:

- A) Apenas as afirmações I, II, III, IV, V e VI estão corretas
- B) Apenas as afirmações I, II, IV, V, VI, e VII estão corretas
- C) Apenas as afirmações I, II, III, IV, VI e VII estão corretas
- D) Apenas as afirmações I, III, IV estão corretas
- E) Todas as afirmações estão corretas

LEI COMPLEMENTAR 444 – ESTATUTO DO MAGISTÉRIO

17 - No Estatuto do Magistério, Capítulo XI, Seção II, Artigo 63, ficam estabelecidos os Deveres dos integrantes do Quadro do Magistério. São eles:

I – conhecer e respeitar as leis;

II – impedir que o aluno participe das atividades escolares em razão de qualquer carência material.

III - empenhar-se em prol do desenvolvimento do aluno, utilizando processos que acompanhem o progresso científico da educação

IV– incentivar a participação, o diálogo e a cooperação entre educandos, demais educadores e a comunidade em geral, visando à construção de uma sociedade democrática;

V – assegurar o desenvolvimento do senso crítico e da consciência política do educando;

VI – respeitar o aluno como sujeito do processo educativo e comprometer-se com eficácia de seu aprendizado;

VII – considerar os princípios psico-pedagógicos, a realidade sócio-econômica da clientela escolar e as diretrizes da Política Educacional da escolha e utilização de materiais, procedimentos didáticos e instrumentos de avaliação do processo ensino-aprendizagem;

VIII – não participar do Conselho de Escola;

Assinale a alternativa que aponta as afirmações falsas:

- A. I e III
- B. III e IV
- C. VI e VII
- D. II e VIII
- E. III e V

RESOLUÇÃO SE 81 DE 16/12/2011 DIRETRIZES ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO

18 - O Artigo 2º da Resolução 81 de 16/12/2011 estabelece que o ensino fundamental terá sua organização curricular desenvolvida em regime de progressão continuada, estruturada em 9 (nove) anos, constituída por dois segmentos de ensino (ciclos):

I - _____, correspondendo ao ensino do 1º ao 5º ano;

II - _____, correspondendo ao ensino do 6º ao 9º ano.

Escolha a alternativa que preencha corretamente as lacunas com a nomenclatura dos dois ciclos:

- A) Anos alfabetizadores e Anos Terminais
- B) Anos Alfabetizadores e Anos Complementares
- C) Anos Complementares e Anos Terminais
- D) Anos Iniciais e Anos Finais
- E) Anos Iniciais e Anos Complementares



RESOLUÇÃO SE 81 DE 16/12/2011 DIRETRIZES ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO

19 - No Artigo 7º da Resolução SE 81 fica estabelecido que o Ensino Religioso, _____ à escola e _____ ao aluno, será oferecido aos alunos do 9º ano do Ensino Fundamental, se houver demanda, na conformidade do que dispõe a Resolução SE nº 21, de 29.1.2002.

Escolha a alternativa que preencha corretamente as lacunas conforme a legislação estabelece:

- A) Obrigatório e Facultativo
- B) Facultativo e Obrigatório
- C) Necessário e Obrigatório
- D) Necessário e Contemplativo
- E) Contemplativo e Obrigatório

LEI ESTADUAL 10.261 DE 28/10/1968 (ESTATUTO DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS)

20 - No CAPÍTULO VII, do Estatuto dos Funcionários Públicos, Do Direito de Petição, em seus Artigos 239 e 240 fica assegurado a qualquer pessoa, física ou jurídica, independentemente de pagamento, o direito de petição contra ilegalidade ou abuso de poder e para defesa de direitos e também ao servidor é assegurado o direito de requerer ou representar, bem como, nos termos desta lei complementar, pedir reconsideração e recorrer de decisões, no prazo de 30 (trinta) dias, salvo previsão legal específica.

Isso significa que:

I - Qualquer pessoa poderá reclamar sobre abuso, erro, omissão ou conduta incompatível no serviço público.

II - Em nenhuma hipótese, a Administração poderá recusar-se a protocolar, encaminhar ou apreciar a petição, sob pena de responsabilidade do agente.

III – A administração poderá definir os critérios para protocolar, encaminhar ou apreciar a petição, podendo recusar-se a fazê-lo.

IV – Para reclamação sobre abuso, erro, omissão ou conduta incompatível no serviço público é preciso passar por uma comissão nos órgãos intermediários.

Assinale a alternativa com as afirmações corretas:

- A) Somente I e III estão corretas
- B) Somente II e IV estão corretas

- C) Somente I e II estão corretas
- D) Somente III e IV estão corretas
- E) Somente II e III estão corretas

LEI ESTADUAL 10.261 DE 28/10/1968 (ESTATUTO DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS)

21 - Na Lei 10.261 de 1968, do Estatuto dos Funcionários Públicos, em seus Artigos 242 fica estabelecido que ao funcionário público é proibido:

I - referir-se depreciativamente, em informação, parecer ou despacho ou pela imprensa, ou qualquer meio de divulgação, às autoridades constituídas e aos atos da Administração, podendo, porém, em trabalho devidamente assinado, apreciá-los sob o aspecto doutrinário e da organização e eficiência do serviço;

II - retirar, sem prévia permissão da autoridade competente, qualquer documento ou objeto existente na repartição;

III - entreter-se, durante as horas de trabalho, em palestras, leituras ou outras atividades estranhas ao serviço;

IV - deixar de comparecer ao serviço sem causa justificada;

V - tratar de interesses particulares na repartição;

VI - promover manifestações de apreço ou desapeço dentro da repartição, ou tornar-se solidário com elas;

VII - exercer comércio entre os companheiros de serviço, promover ou subscrever listas de donativos dentro da repartição;

VIII - empregar material do serviço público em serviço particular.

Em acordo com a Lei, qual alternativa é correta:

- A) Apenas as afirmações I, II, III, IV, V e VI estão corretas
- B) As afirmações I, II, III, IV, V, VI, VII e VIII estão corretas
- C) Apenas as afirmações II, III, IV, V, VI e VII estão corretas
- D) Apenas as afirmações III, IV, V, VI, VII e VIII estão corretas
- E) Apenas as afirmações III, IV, V, VI e VIII estão corretas

Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Ed. Inclusiva – MEC/2008

22 - Segundo o documento “Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva – MEC/2008”, a política nacional para a educação especial tem como objetivo o acesso, a participação e a aprendizagem dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas escolas regulares, orientando os sistemas de ensino para promover respostas às necessidades educacionais apresentadas por essas pessoas. Dentro desses objetivos, é preciso garantir ao público alvo da educação especial:

- I) Transversalidade da educação especial apenas no ensino fundamental.
- II) Atendimento Educacional Especializado.
- III) Continuidade da escolarização nos níveis mais elevados do ensino;
- IV) Formação de professores para o atendimento educacional especializado e demais profissionais da educação para a inclusão escolar.
- V) Participação da família e da comunidade.
- VI) Acessibilidade urbanística, arquitetônica, nos mobiliários e equipamentos, nos transportes, na comunicação e informação.
- VII) Articulação setorial na implementação das políticas públicas.

Estão CORRETAS as seguintes afirmações:

- A) I, II, III, V, VI e VII apenas
- B) I, III, IV, V, VI e VII apenas
- C) II, III, IV, V, VI e VII apenas
- D) I, II, III, IV, VI e VII apenas
- E) Todas as afirmações estão corretas

Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Ed. Inclusiva – MEC/2008

23 - De acordo com o documento “Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva – MEC/2008”, a educação especial é uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis, etapas e modalidades, realiza o atendimento educacional especializado, disponibiliza os recursos e serviços e orienta quanto a sua utilização no processo de ensino e aprendizagem nas turmas comuns do ensino regular. Tendo em vista essa perspectiva, ou seja, de que na educação especial é modalidade que perpassa todos os níveis, etapas e modalidades da Educação e que se realiza o atendimento educacional especializado, analise atentamente as afirmações abaixo e assinale a alternativa que estiver CORRETA em relação a esse atendimento nos diferentes níveis da educação.

I) Em todas as etapas e modalidades da educação básica, o atendimento educacional especializado é organizado para apoiar o desenvolvimento dos estudantes, constituindo oferta obrigatória dos sistemas de ensino. Deve ser realizado no turno inverso ao da classe comum, na própria escola ou centro especializado que realize esse serviço educacional.

II) Do nascimento aos três anos, o atendimento educacional especializado se expressa por meio de serviços de estimulação precoce, que objetivam otimizar o processo de desenvolvimento e aprendizagem em interface com os serviços de saúde e assistência social.

III) A interface da educação especial na educação indígena, do campo e quilombola deve assegurar que os recursos, serviços e atendimento educacional especializado estejam presentes nos projetos pedagógicos construídos com base nas diferenças socioculturais desses grupos.

IV) Para o ingresso dos estudantes surdos nas escolas comuns, a educação bilíngue – Língua Portuguesa/Libras - desenvolve o ensino escolar na Língua Portuguesa e na Língua de Sinais, o ensino da Língua Portuguesa como segunda língua na modalidade escrita para estudantes surdos, os serviços de tradutor/intérprete de Libras e Língua Portuguesa e o ensino da Libras para os demais estudantes da escola. O atendimento educacional especializado para esses estudantes é ofertado tanto na modalidade oral e escrita quanto na língua de sinais. Devido à diferença linguística, orienta-se que o aluno surdo esteja com outros surdos em turmas comuns na escola regular. O atendimento educacional especializado é realizado mediante a atuação de profissionais com conhecimentos específicos no ensino da Língua Brasileira de Sinais, da Língua Portuguesa na modalidade escrita como segunda língua, do sistema Braille, do Soroban, da orientação e mobilidade, das atividades de vida autônoma, da comunicação alternativa, do desenvolvimento dos processos mentais superiores, dos programas de enriquecimento curricular, da adequação e produção de materiais didáticos e pedagógicos, da utilização de recursos ópticos e não ópticos, da tecnologia assistiva e outros.

Estão CORRETAS as informações:

- A) I, II, III e IV
- B) II, III, e IV apenas
- C) I, III, e IV apenas
- D) I e IV apenas
- E) II e III apenas

Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Ed. Inclusiva – MEC/2008

24 - Com base no documento “Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva – MEC/2008)” indique a alternativa que corresponda como o professor deve avaliar o estudante que é público alvo da educação especial.

- A) O professor deve avaliar o estudante eliminando a subjetividade, evitando assim que se cometam injustiças na contagem de erros e acertos.
- B) O professor será sempre o que sabe, enquanto que o estudante será sempre o que não sabe. Assim, o professor avalia o conhecimento, o que lhe foi transmitido, o que concretamente aprendeu.
- C) O professor deve criar estratégias considerando que alguns estudantes podem demandar ampliação do tempo para a realização dos trabalhos e o uso da língua de sinais, de textos em Braille, de informática ou de tecnologia assistiva como uma prática cotidiana.
- D) O professor deve privilegiar o aspecto quantitativo da avaliação, no qual a medição do aprendizado é balizada por mecanismos de transmissão e memorização das informações transmitidas para os estudantes.
- E) O professor não deve avaliar alunos da educação especial.

Deliberação CEE 138/16 – Fixa normas para autorização, funcionamento e supervisão...

25 - De acordo com a Deliberação CEE – 138 de 11 de fevereiro de 2016, a autorização para o funcionamento de estabelecimentos de ensino e cursos de educação infantil, ensino fundamental e ensino médio, nas diferentes modalidades, pertencentes ao sistema estadual de ensino de São Paulo, será concedida conforme segue:

- I) Pela Secretaria de Estado da Educação, por intermédio das Diretorias de Ensino, às instituições que mantêm exclusivamente o atendimento na educação infantil.
- II) Pela Secretaria de Estado da Educação, por intermédio das Diretorias de Ensino, para os estabelecimentos de ensino de sua própria rede.
- III) pelo Conselho Estadual de Educação, para as instituições criadas por leis específicas, os que são mantidos por universidades públicas, as escolas ou cursos experimentais, e as que oferecem cursos a distância.

Assinale a alternativa CORRETA:

- A) As afirmações II e III estão corretas
- B) As afirmações I e III estão corretas
- C) As afirmações I e II estão corretas
- D) As afirmações I, II e III estão corretas
- E) Nenhuma das afirmações está correta

Deliberação CEE 138/16 – Fixa normas para autorização, funcionamento e supervisão...

26 - De acordo com a Deliberação CEE – 138 de 11 de fevereiro de 2016, os pedidos de autorização de funcionamento devem ser protocolados pelas instituições interessadas na Diretoria de Ensino com antecedência mínima de 120 (cento e vinte) dias do início das atividades e devem ser acompanhadas da Proposta Pedagógica, Regimento Escolar e Relatório.

A proposta pedagógica a qual se refere o texto acima deve conter, no mínimo:

- I - Identificação da Instituição;
 - II - Contextualização e caracterização da escola;
 - III - Objetivos e metas da Instituição;
 - IV - Concepção de Educação e de Práticas Escolares;
 - V - Currículo;
 - VI - Proposta de formação continuada, atualização e aperfeiçoamento da equipe escolar;
 - VII - Propostas de trabalho com a comunidade escolar;
 - VIII - Formas de acompanhamento, avaliação e adequação da Proposta Pedagógica.
- Estão CORRETAS as afirmações:

- A) I, II, IV, V, VII e VIII apenas
- B) II, III, V, VI e VIII apenas
- C) IV, V e VI apenas
- D) I, III, VI, VII e VIII apenas
- E) I, II, III, IV, V, VI, VII e VIII.

Deliberação CEE 138/16 – Fixa normas para autorização, funcionamento e supervisão...

27 - De acordo com a Deliberação CEE – 138 de 11 de fevereiro de 2016, os pedidos de autorização de funcionamento devem ser protocolados pelas instituições interessadas na Diretoria de Ensino com a antecedência mínima de 120 (cento e vinte) dias do início das atividades e devem ser acompanhadas da Proposta Pedagógica, Regimento Escolar e Relatório.

Segundo a mesma Deliberação, o RELATÓRIO, item obrigatório para entrada do pedido de autorização de funcionamento juntamente à Diretoria de Ensino deverá conter:

- I - Qualificação do Diretor responsável, com sua titulação e "curriculum vitae" resumido;
- II - Comprovação de ocupação legal do imóvel onde funcionará o estabelecimento de ensino, por meio de escritura que comprove a propriedade do imóvel, ou contrato, no caso de locação ou cessão, em que conste o prazo não inferior a 4 (quatro) anos;
- III - Alvará de Funcionamento ou Auto de Licenciamento emitido pela Prefeitura Municipal, onde conste necessariamente a aprovação do Corpo de Bombeiros e da Vigilância Sanitária para o uso do imóvel como estabelecimento de ensino;

IV - Planta atualizada do prédio, aprovada pela Prefeitura Municipal ou assinada por engenheiro registrado no CREA, ou arquiteto registrado no CAU, que será responsável pela veracidade dos dados;

V- Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros - AVCB;

VI - Laudo firmado por profissional registrado no CREA ou no CAU, responsabilizando-se pelas condições de habitabilidade e uso do prédio para o fim proposto, com a devida Anotação de Responsabilidade Técnica de Obras e Serviços (ART ou RRT);

VII- Descrição sumária dos espaços, mobiliários e ambientes para atividades pedagógicas e administrativas, com os seus respectivos usos, atendendo a legislação pertinente, especialmente a Resolução SS 493/1994;

VIII - Descrição sumária dos materiais e dos equipamentos didáticos disponíveis para uso dos alunos e professores;

IX - Prova da natureza jurídica da entidade mantenedora (Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ), acompanhada de cópia do Cadastro de Pessoa Física (CPF) dos responsáveis;

X - Termo de Responsabilidade, devidamente registrado em Cartório de Títulos e Documentos, firmado pela entidade mantenedora, referente às condições de segurança, higiene, definição do uso do imóvel, à capacidade financeira para manutenção do estabelecimento e cursos pretendidos e à capacidade técnico administrativa para manter o acervo e registros dos documentos escolares regularmente expedidos.

XI- Relação do quadro de Recursos Humanos, acompanhada dos comprovantes de habilitação dos profissionais.

Indique a alternativa onde constam as afirmações que estão INCORRETAS.

- A) As afirmações II e V
- B) As afirmações V e XI
- C) As afirmações VII e IX
- D) As afirmações III e IV
- E) As afirmações VIII e X

Resolução SE 51 de 2017 – Cumprimento Do disposto na Deliberação CEE 138/16

28 - De acordo com a Resolução SE – 51 de 1 de novembro de 2017, que dispõe sobre o processo de autorização de funcionamento e supervisão de estabelecimentos de ensino e cursos da rede privada de ensino presencial, o Supervisor de Ensino no exercício de suas atribuições, quanto à ação administrativa e pedagógica, deverá acompanhar, orientar, avaliar e fiscalizar as escolas da rede privada de ensino. São atribuições:

I) Atender às determinações do Dirigente Regional de Ensino em relação ao cumprimento da Deliberação CEE138/2016.

II) Elaborar relatório, decorrente de mudança no setor da supervisão, com base nos termos de visita expedidos no decorrer do período supervisionado, visando a indicar a situação da escola e a necessidade de acompanhamento para saneamento de eventuais falhas ou irregularidades;

III) Orientar na correção de falhas ou irregularidades, em cumprimento das normas legais, após verificação detalhada dos aspectos administrativos e pedagógicos;

IV) Representar à autoridade competente quando as orientações dadas aos representantes das escolas e/ou das entidades mantenedoras não forem atendidas, conforme disposto no artigo 72, VI “d”, do Decreto 57.141/2011.

Assinale a alternativa que está em acordo com a legislação quanto às atribuições do Supervisor de Ensino:

- A) Todas as afirmações estão corretas
- B) Somente as afirmações I e II estão corretas
- C) Somente as afirmações I e III estão corretas
- D) Somente as afirmações I e IV estão corretas
- E) Somente as afirmações II e IV estão corretas

Parecer CEE 67/98 Normas Regimentais Básicas – Da gestão democrática

29 - O Parecer CEE 67/98 estabelece as Normas Regimentais Básicas para as Escolas Estaduais. No título Gestão Democrática em seu artigo 15 fica estabelecido que as escolas contarão com os seguintes colegiados: Conselho de Escola e Conselhos de classe e série. Os conselhos de classe e série serão constituídos por todos os professores da mesma classe ou série e contarão com a participação de alunos de cada classe, independentemente de sua idade. Deverão se reunir, ordinariamente, uma vez por bimestre, ou quando convocados pelo diretor. Os conselhos de classe e série, enquanto colegiados responsáveis pelo processo coletivo de acompanhamento e avaliação do ensino e da aprendizagem, organizar-se-ão de forma a:

- I – possibilitar a inter-relação entre profissionais e alunos, entre turnos e entre séries e turmas;
- II – propiciar o debate permanente sobre o processo de ensino e de aprendizagem;
- III – favorecer a integração e sequência dos conteúdos curriculares de cada série/classe;
- IV – orientar o processo de gestão do ensino;
- V – promover debate junto à comunidade escolar visando à reprovação e transferência dos alunos indisciplinados.

Aponte, com base na lei, a alternativa incorreta:

- A) A afirmação I é correta
- B) A afirmação II é correta
- C) A afirmação III é correta
- D) A afirmação IV é correta
- E) A afirmação V é correta

Parecer CEE 67/98 Normas Regimentais Básicas – Da gestão democrática

30 - O Parecer CEE 67/98 estabelece as Normas Regimentais Básicas para as Escolas Estaduais. No título Gestão Democrática em seu artigo 29 fica estabelecido que o plano de gestão é o documento que traça o perfil da escola, conferindo-lhe identidade própria, na medida em que contempla as intenções comuns de todos os envolvidos, norteia o gerenciamento das ações intra-escolares e operacionaliza a proposta pedagógica. O plano de gestão terá duração quadrienal e contemplará, no mínimo:

I- identificação e caracterização da unidade escolar, de sua clientela, de seus recursos físicos, materiais e humanos, bem como dos recursos disponíveis na comunidade local;

II- objetivos da escola;

III- definição das metas a serem atingidas e das ações a serem desencadeadas;

IV- planos dos cursos mantidos pela escola;

V- planos de trabalho dos diferentes núcleos que compõem a organização técnico-administrativa da escola;

VI- critérios para acompanhamento, controle e avaliação da execução do trabalho realizado pelos diferentes atores do processo educacional.

Aponte a alternativa correta

- A) Somente as afirmações I, II, III, IV e V estão corretas
- B) As afirmações I, II, III, IV, V e VI estão corretas
- C) Somente as afirmações I, II, III, V e VI estão corretas
- D) Somente as afirmações II, III, IV e V estão corretas
- E) Todas as afirmações estão incorretas

Lei 10.177 de 1998 – Regula o processo administrativo no âmbito da Adm. Estadual

31 - A Lei 10.777 de 1998, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Estadual, em seu artigo 77, estabelece que toda pessoa terá direito de acesso aos registros nominais que a seu respeito constem em qualquer espécie de fichário ou registro, informatizado ou não, dos órgãos ou entidades da Administração, inclusive policiais. O requerimento para obtenção de informações observará as seguintes regras:

I - o interessado apresentará, ao órgão ou entidade do qual pretende as informações, requerimento escrito manifestando o desejo de conhecer tudo o que a seu respeito conste das fichas ou registros existentes;

II - as informações serão fornecidas no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados do protocolo do requerimento;

III - as informações serão transmitidas em linguagem clara e indicarão, conforme for requerido pelo interessado o conteúdo integral do que existir registrado; a fonte das

informações e dos registros; o prazo até o qual os registros serão mantidos; as categorias de pessoas que, por suas funções ou por necessidade do serviço, têm, diretamente, acesso aos registros; as categorias de destinatários habilitados a receber comunicação desses registros e se tais registros são transmitidos a outros órgãos estaduais, e quais são esses órgãos.

IV – Os dados que, de alguma forma, forem ocultados do interessado, poderá ser utilizado em procedimentos que vierem a ser instaurados.

Com base na legislação aponte a alternativa incorreta:

- A) A afirmação I está correta
- B) A afirmação II está correta
- C) A afirmação III está correta
- D) A afirmação IV está correta
- E) Todas as afirmações estão corretas

Deliberação CEE 77/08 e Indicação CEE 77/08

32 - A Deliberação CEE 77/08 e Indicação 77/08 estabelecem orientações para a organização e distribuição dos componentes do ensino fundamental e médio. Segundo a LDB, considerando-se inclusive as alterações supracitadas – as disciplinas, os conteúdos ou conteúdos programáticos – os Componentes Curriculares obrigatórios são: I) Língua Portuguesa; II) Matemática; III) Conhecimento do mundo físico e natural; IV) Conhecimento da realidade social, especialmente a do Brasil; V) Arte; VI) Música; VII) Educação Física; VIII) História do Brasil; IX) Língua Estrangeira Moderna; X) Espanhol; XI) História da África e dos Africanos; XII) História da cultura e etnias, principalmente das matrizes indígena, africana e européia; XIII) Educação Ambiental; XIV) Filosofia e Sociologia; XV) Direito da Criança e do Adolescente; XVI) Conhecimentos sobre o processo de envelhecimento; e outros que venham a ser introduzidos por lei específica.

É a partir desse conjunto de Componentes ou Conteúdos Curriculares – conteúdos programáticos ou disciplinas - que orientam as aprendizagens básicas e obrigatórias em cada etapa do ensino, que a escola construirá sua Proposta Pedagógica e organizará sua Matriz Curricular.

Ainda em acordo com a Deliberação e Indicação, o uso da Tecnologia da Informação e Comunicação (TICs) para o ensino a distância no ensino fundamental pode ser utilizado apenas como **complementação da aprendizagem** ou em situações emergenciais. Não se trata de propor o uso do ensino a distância para fazer frente às

mudanças do currículo básico do ensino fundamental e médio. Trata-se de chamar a atenção para uma metodologia que pode e deve ser estimulada para promover a melhor aprendizagem dos alunos, complementando conhecimentos com contextos mais reais e dinâmicos; promovendo a oferta de alternativas para recuperação, reforço e avanços de alunos e até mesmo para promover a aprendizagem de uma segunda e terceira língua estrangeira ou de orientação e de educação profissional. Enfim, trata-se de diversificar e oferecer oportunidades para que os alunos possam optar por módulos complementares de estudos. O Plano Nacional de Educação definiu que o ensino superior pode fazer uso de metodologias a distância, limitando-o a _____ da carga horária do curso, sem necessidade de autorização ou credenciamento. Nada impede que este Colegiado estabeleça o mesmo para a educação básica, na mesma proporção prevista para o ensino superior, visando incentivar o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância, em todos os níveis e modalidades de ensino, e de educação continuada (art. 80 da LDB). No Artigo 4º da Deliberação CEE 77/08 fica estabelecido que, no ensino médio, quaisquer componentes curriculares poderão ser trabalhados na modalidade semipresencial. No parágrafo 1º considera-se modalidade semipresencial quaisquer atividades didáticas, módulos ou unidades de ensino centrados na auto-aprendizagem e com a mediação de recursos didáticos organizados em diferentes suportes de informação que utilizem tecnologias de informação e comunicação remota. No seu parágrafo 2º fica estabelecido o limite máximo para oferta de componentes curriculares nesta modalidade é de _____ do total de horas destinadas ao curso.

Com base na legislação, Aponte a alternativa que preencha corretamente as lacunas:

- A) 10% e 10%
- B) 20% e 20%
- C) 30% e 30%
- D) 40% e 40%
- E) 50% e 50%

SE – Reorganização do Ensino fundamental e do ensino médio - 2012

33 - Segundo o Documento “Reorganização do ensino fundamental e do ensino médio”, a reorganização dos ciclos de aprendizagem em regime de progressão continuada se faz necessária tomando-se como base as seguintes considerações:

I. O direito à educação, entendido como um direito inalienável do ser humano.

II. A educação de qualidade como um direito fundamental, que deve ser, antes de tudo, relevante, pertinente e equitativa.

III. As Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental (Resolução nº 7, de 14 de dezembro de 2010 – CNE/CEB).

IV. A ampliação da duração do Ensino Fundamental para nove anos.

V. A necessidade de ampliar a reprovação visando à melhoria da qualidade da educação

Com base nessas considerações, aponte a alternativa incorreta:

- A) A afirmação I está correta
- B) A afirmação II está correta
- C) A afirmação III está correta
- D) A afirmação IV está correta
- E) A afirmação V está correta

SE – Reorganização do Ensino fundamental e do ensino médio - 2012

34 - O documento “Reorganização do ensino fundamental e do ensino médio”, assinala que o Ensino Médio é o que apresenta maior dificuldade de estruturação para satisfazer às necessidades da sociedade moderna. São, portanto, objetivos que se pretende atingir com essa reorganização:

- I) Educação com qualidade social;
- II) Formação para a cidadania e para o mundo do trabalho;
- III) Desenvolvimento da autonomia intelectual e social do aluno;
- IV) Permanência do aluno na escola, com aprendizagem significativa para sua vida pessoal e social.

Assinale a alternativa correta:

- A) Somente as afirmações I, II e III estão corretas
- B) Somente as afirmações II, III e IV estão corretas
- C) Somente as afirmações I, III e IV estão corretas
- D) As afirmações I, II, III e IV estão corretas
- E) Somente as afirmações I, II e IV estão corretas

DECRETO Nº 55.078, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2009.

35 - O Decreto nº 55.078, de 25 de novembro de 2009 dispõe sobre as jornadas de trabalho do pessoal docente do Quadro de Magistério. De acordo com ele, as jornadas semanais de trabalho do docente titular do cargo são:

- I – Jornada Integral de Trabalho Docente**, de 40 (quarenta) horas sendo,
- a) 33 (trinta e três) horas em atividade com alunos;
 - b) 7 (sete) horas de trabalho pedagógico, das quais 3 (três) horas exercidas na escola, em atividades coletivas, e 4 (quatro) horas em local de livre escolha docente;
- II - Jornada Básica de Trabalho Docente**, de 30 (trinta) horas semanais, sendo:
- a) 25 (vinte e cinco) horas em atividades com alunos;
 - b) 5 (cinco) horas de trabalho pedagógico, das quais 2 (duas) horas exercidas na escola, em atividades coletivas, e 3 (três) horas em local de livre escolha do docente;
- III - Jornada Inicial de Trabalho Docente**, de 24 (vinte e quatro) horas semanais, sendo:
- a) 20 (vinte) horas em atividades com alunos;
 - b) 4 (quatro) horas de trabalho pedagógico, das quais 2 (duas) horas exercidas na escola, em atividades coletivas, e 2 (duas) horas em local de livre escolha do docente;
- IV - Jornada Reduzida de Trabalho Docente**, de 12 (doze) horas semanais, sendo:
- a) 10 (dez) horas em atividades com alunos;
 - b) 2 (duas) horas de trabalho pedagógico exercidas na escola, em atividades coletivas.

Assinale a alternativa que corresponda às jornadas de trabalho do pessoal docente do Quadro de Magistério, segundo o Decreto 55.078 de 25/11/2009.

- A) Apenas as afirmações II, III e IV estão corretas
- B) Apenas as afirmações I, II e III estão corretas
- C) Apenas as afirmações I, III e IV estão corretas
- D) As afirmações I, II, III e IV estão corretas
- E) Apenas as afirmações I, II e IV estão corretas

DECRETO Nº 55.078, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2009.

36 - O Decreto nº 55.078, de 25 de novembro de 2009 dispõe sobre as jornadas de trabalho do pessoal docente do Quadro de Magistério. De acordo com Artigo 12 do Decreto 55.078/2009, é possível a acumulação remunerada de dois cargos docentes ou um cargo de suporte pedagógico com um cargo docente, desde que:

- I – Seja observado o limite de 64 (sessenta e quatro) horas semanais para a carga horária total do acúmulo;
- II – Verifique-se compatibilidade de horários, observada a distância entre os órgãos/unidades;
- III – Haja prévia publicação de ato decisório favorável à acumulação;
- IV- A acumulação de cargo e função docente não ocorra no âmbito da Secretaria da Educação.

Estão CORRETAS as afirmações:

- A) I, II, III e IV
- B) Apenas II, III e IV
- C) Apenas I, II e III
- D) Apenas I, II e IV
- E) Apenas I, III e IV

Decreto 62.216, de 14-10-2016. Regulamenta a Avaliação Especial de Desempenho

37 - O Decreto 62.216 de 14 de outubro de 2016 regulamenta a Avaliação de Desempenho para fins de estágio probatório dos ingressantes nos cargos de Diretor de Escola do Quadro do Magistério da Secretaria de Educação. De acordo com esse Decreto, a Avaliação Especial de Desempenho será constituída por um conjunto de ações planejadas e coordenadas, com vistas ao acompanhamento contínuo do desempenho do servidor durante o período de estágio probatório. O objetivo dessa Avaliação de Desempenho é verificar se o servidor tem aptidão e capacidade para o exercício das atribuições inerentes ao cargo de Diretor de Escola. Dessa maneira, a Avaliação de Desempenho deve acontecer por intermédio dos seguintes indicadores:

- I** - comprometimento com o trabalho e com a comunidade escolar: aferido com base no conhecimento e comprometimento com as políticas públicas educacionais, com a proposta pedagógica da unidade escolar, incluindo sua formulação, implementação e atualização, observando, outrossim, o Plano de Gestão da Escola;
- II** - responsabilidade: relacionada ao cumprimento das atribuições do cargo, ao atendimento dos prazos e dos resultados dos trabalhos desenvolvidos, em especial, em equipe;
- III** - capacidade de iniciativa e liderança: relacionada à proatividade e à habilidade de propor ações visando à melhoria de processos e atividades;
- IV** - eficiência na gestão educacional: capacidade de contribuir para melhoria de resultados no ambiente escolar, executando as atribuições inerentes ao cargo com presteza, qualidade e economicidade na utilização de recursos e tempo e na organização dos espaços físicos;
- V** - produtividade: relacionada à capacidade de administrar os processos e priorizá-los, conforme grau de relevância, e à dedicação quanto ao cumprimento de metas e qualidade do processo ensino e aprendizagem;
- VI** - assiduidade: relacionada à frequência, à pontualidade e ao cumprimento da carga horária;
- VII** - disciplina: relacionada ao cumprimento de obrigações e normas vigentes na organização e respeito à hierarquia funcional.

Considerando as afirmações acima em relação aos indicadores da Avaliação de Desempenho, assinale a alternativa que aponte quais afirmações estão CORRETAS.

- A) I, II, III e V apenas.
- B) I, II, III, IV, V, VI e VII.
- C) II, III, IV, V e VII apenas



- D) I, III, V, VI e VII apenas
- E) III, IV e V apenas

Decreto 62.216, de 14-10-2016. Regulamenta a Avaliação Especial de Desempenho

38 - O Decreto 62.216 de 14 de outubro de 2016 regulamenta a Avaliação de Desempenho para fins de estágio probatório dos ingressantes nos cargos de Diretor de Escola do Quadro do Magistério da Secretaria de Educação. Estabelece que o procedimento de avaliação do Diretor de Escola em estágio probatório deverá contar com a participação:

- I - das chefias mediata e imediata do Diretor de Escola;
- II - da Coordenadoria de Gestão de Recursos Humanos da Secretaria da Educação;
- III - da Coordenadoria de Gestão de Educação Básica da Secretaria da Educação;
- IV - da Escola de Formação e Aperfeiçoamento dos Professores do Estado de São Paulo
"Paulo Renato Costa Souza" – EFAP;
- V- da comissão composta de supervisores de escola, designados pelo Dirigente Regional.

Assinale a alternativa incorreta quanto ao contido na legislação:

- A) A afirmação I está correta.
- B) A afirmação II está correta
- C) A afirmação IV está correta
- D) A afirmação V está correta
- E) A afirmação III está correta

Lei complementar 1.256/15. Dispõe sobre Estágio Probatório e institui Avaliação Periódica

39 - A Lei Complementar 1.256, de 06 de janeiro de 2015 institui a Avaliação Periódica de Desempenho Individual para os ocupantes do cargo de Diretor de Escola que se encontra em estágio probatório e institui a Gratificação de Gestão Educacional (GGE) para os integrantes das classes de suporte pedagógico do Quadro de Magistério da Secretaria da Educação.

A Gratificação de Gestão Educacional - GGE será calculada mediante a aplicação de percentuais sobre a Faixa 1, Nível I, da Estrutura I, da Escala de Vencimentos – Classes de Suporte Pedagógico – EV- CSP.

Assinale a alternativa que corresponde à aplicação desses percentuais:

- A) 40% para Diretor de Escola e Supervisor de Ensino e 35% para Dirigente Regional de Ensino.

- B) 35% para Diretor de Escola e Supervisor de Ensino e 40% para Dirigente Regional de Ensino.
- C) 40% para Diretor de Escola e Supervisor de Ensino e 40% para Dirigente Regional de Ensino.
- D) 35% para Diretor de Escola e Supervisor de Ensino e 35% para Dirigente Regional de Ensino.
- E) 50% para Diretor de Escola e Supervisor de Ensino e 50% para Dirigente Regional de Ensino.

40- Indique o item que não está de acordo com o previsto no artigo 208 da Constituição Federal de 1988, que prevê que o dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

- (A) Educação básica dos 4 (quatro) aos 17 (dezesete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria.
- (B) Progressiva universalização do ensino médio gratuito.
- (C) Atendimento educacional especializado para pessoas com deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino.
- (D) Oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando.
- (E) Atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.

41- A Constituição Federal determina que a educação é direito de todos, dever do Estado e da família e que será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho e, que seu ensino será ministrado com base nos princípios abaixo elencados.

Indique se as afirmações são verdadeiras ou falsas:

- I. () Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola.
- II. () Liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber.
- III. () Pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino.
- IV. () Gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais.

- V. () Valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas.
- VI. () Gestão democrática facultativa do ensino público.
- VII. () Garantia de padrão de qualidade.
- VIII. () Piso salarial profissional nacional para os profissionais da educação escolar pública, nos termos de lei federal.

(A) V, F, V, V, V, V, V, V.

(B) V, V, V, V, V, F, V, V.

(C) V, F, V, V, V, F, V, V.

(D) V, V, V, V, F, V, V, V.

(E) V, V, F, V, V, F, F, V.

42- A Lei nº 9.394/96 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em seu artigo 21, ao tratar da composição dos níveis escolares, define que a educação básica é composta pelas seguintes etapas:

- (A) Educação Infantil, Ensino Fundamental I e II, Educação de Jovens e Adultos.
- (B) Ensino Fundamental, Médio e Superior.
- (C) Ensino Fundamental, Médio e Ensino Profissionalizante.
- (D) Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio.
- (E) Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio, Educação Especial, Educação de Jovens e Adultos, Educação à Distância, Educação Profissional e Tecnológica, Educação Indígena, Educação do Campo e Educação Quilombola.

43- O artigo 12 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, define o que cabe aos estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino. Abaixo estão elencadas apenas algumas incumbências, no entanto uma delas não está correta. Indique.

- (A) Elaborar e executar sua proposta pedagógica.
- (B) Administrar seu pessoal e seus recursos materiais e financeiros.
- (C) Assegurar o cumprimento de 200 dias letivos em 800 horas letivas.
- (D) Informar pai e mãe, conviventes ou não com seus filhos, e, se for o caso, os responsáveis legais, sobre a frequência e rendimento dos alunos, bem como sobre a execução da proposta pedagógica da escola.

(E) Prover meios para a recuperação dos alunos de menor rendimento.

44- De acordo com o artigo 5º do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais.

- I. Negligência.
- II. Discriminação.
- III. Exploração.
- IV. Violência.
- V. Crueldade e Opressão.

Estão corretos os itens:

- (A) I, III, IV, V.
- (B) II, III, IV, V.
- (C) I, II, IV, V.
- (D) I, II, III, IV.
- (E) I, II, III, IV, V.

45- Para os fins da Lei 8.069/90 - ECA, considera-se castigo físico a ação de natureza disciplinar ou punitiva aplicada com o uso da força física sobre a criança ou o adolescente que resulte em:

- I. Lesão.
- II. Afastamento de atividades recreativas na escola.
- III. Sofrimento físico.
- IV. Proibição do uso de aparelhos celulares no ambiente escolar.

Está correto o que se afirma em:

- (A) I, III.
- (B) I, II.
- (C) I, II, III.
- (D) III, IV.
- (E) II, III, IV.

46-A Lei 13.005, de 25 de junho de 2014, aprova o Plano Nacional de Educação – PNE que tem a vigência por:



- (A) 2 anos
- (B) 4 anos.
- (C) 5 anos.
- (D) 10 anos.
- (E) 15 anos.

47- O Plano Nacional de Educação - PNE (Lei 13.005/14) é constituído por 20 metas e respectivas estratégias. A Meta 5 se refere a alfabetizar todas as crianças, no máximo, até.....

- (A) O final do 1º ano do ensino fundamental.
- (B) O final do 2º ano do ensino fundamental.
- (C) O final do 3º ano do ensino fundamental.
- (D) O final do 4º ano do ensino fundamental.
- (E) O final do 5º ano do ensino fundamental.

48- A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência) é destinada a:

- (A) assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania.
- (B) assegurar e a promover o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania.
- (C) assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por todas as pessoas, visando à sua inclusão social e cidadania.
- (D) assegurar e a promover, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais, visando à sua inclusão social e cidadania.
- (E) assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com doenças, visando à sua inclusão social e cidadania.

49- A Lei 13.146, de 06 de julho de 2015 - Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, considera pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual,

-
- (A) em interação com uma ou mais barreiras, pode facultar sua participação plena e efetiva na sociedade.

- (B) em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade, em igualdade de condições com as demais pessoas.
- (C) tem no seu corpo ou intelecto as barreiras para aprendizagem e participação na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.
- (D) sua doença em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.
- (E) sua disfunção em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

50- Complemente o fragmento retirado da Resolução CNE/CEB nº 7/10, que fixa Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 anos.

“A necessidade de assegurar aos alunos um percurso contínuo de aprendizagens torna imperativa a articulação de todas as etapas da educação, especialmente do Ensino Fundamental com a Educação Infantil, dos anos iniciais e dos anos finais no interior do Ensino Fundamental, bem como do, garantindo a qualidade da Educação Básica.”

- (A) Ensino Fundamental com o Ensino Superior.
- (B) Ensino Fundamental com o Ensino Médio.
- (C) Ensino Fundamental I com o Ensino Fundamental II.
- (D) Ensino Fundamental com as modalidades de educação escolar.
- (E) Ensino Médio com as modalidades de educação escolar.

51- De acordo com a Resolução CNE/CEB nº 3/10, que Institui Diretrizes Operacionais para a Educação de Jovens e Adultos a idade mínima para ingresso nos cursos de EJA, tanto na modalidade EAD quanto presencial é de:

- (A) 15 anos completos para o segundo segmento do Ensino Fundamental e 18 anos completos para o Ensino Médio.
- (B) 15 anos completos para o segundo segmento do Ensino Fundamental e 21 anos completos para o Ensino Médio.
- (C) 14 anos completos para o segundo segmento do Ensino Fundamental e 18 anos completos para o Ensino Médio.
- (D) 14 anos completos para o segundo segmento do Ensino Fundamental e 21 anos completos para o Ensino Médio.

- (E) 15 anos completos para o segundo segmento do Ensino Fundamental e 19 anos completos para o Ensino Médio.

52- O fragmento a seguir foi retirado da Resolução CNE/CEB nº 4/10, que define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica.

“A garantia de padrão de qualidade, com pleno acesso, inclusão e permanência dos sujeitos das aprendizagens na escola e seu sucesso, com redução da evasão, da retenção e da distorção de idade/ano/série.”

O texto se refere ao conceito de:

- (A) Gestão democrática.
- (B) Escola democrática.
- (C) Escola padrão.
- (D) Qualidade social na educação.
- (E) Qualidade na Educação.

53- De acordo com a Resolução CNE/CEB nº 4/10, qual é a função indissociável da Educação Básica?

- (A) Guiar e direcionar.
- (B) Educar e guiar.
- (C) Cuidar e guiar.
- (D) Educar e direcionar.
- (E) Cuidar e educar.

54- Conforme disposto na Constituição do Estado de São Paulo, os Municípios responsabilizar-se-ão prioritariamente pelo ensino fundamental, só podendo atuar nos níveis mais elevados quando a demanda naquele nível estiver plena e satisfatoriamente atendida, do ponto de vista qualitativo e quantitativo. Este texto indica que:

- (A) Cabe exclusivamente aos Municípios o desenvolvimento do ensino fundamental.
- (B) O Município não poderá desenvolver o ensino médio.
- (C) O Município não tem obrigação de oferecer o ensino fundamental.
- (D) O atendimento do ensino fundamental é obrigação do Município e do Estado.
- (E) O Município tem obrigação de oferecer o ensino médio.

55- O Programa Educação - Compromisso de São Paulo será desenvolvido com base nas diretrizes abaixo elencadas à exceção de uma:

- (A) Valorização da carreira do magistério e das demais carreiras dos demais profissionais da educação, com foco na aprendizagem do aluno, inclusive mediante o emprego de regimes especiais de trabalho, na forma da lei.
- (B) Redução estratégica da melhoria da atratividade e da qualidade do ensino médio, por meio da organização de cursos ou valendo-se de instituições de ensino de referência, observada a legislação vigente.
- (C) Atendimento prioritário às unidades escolares cujos alunos apresentem resultados acadêmicos insatisfatórios, demonstrados por meio do Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar do Estado de São Paulo - SARESP, visando garantir-lhes igualdade de condições de acesso e permanência na escola.
- (D) Emprego de tecnologias educacionais nos processos de ensino-aprendizagem.
- (E) Mobilização permanente dos profissionais da educação, alunos, famílias e sociedade em torno da meta comum de melhoria do processo de ensino-aprendizagem e valorização dos profissionais da educação escolar pública estadual.

56- Daniel, 14 anos, aluno matriculado no 9º ano do ensino fundamental da Escola Estadual Antônio Sá, fez requerimento à diretora da unidade solicitando que fosse chamado pelo nome Thifanny por todos os alunos matriculados na escola, bem como por todos os funcionários, já que sua identidade de gênero era distinta de seu sexo biológico.

A diretora da unidade:

- (A) Deferiu o requerimento, pois tem legislação que autoriza tal ato.
- (B) Indeferiu, pois aquela solicitação era um absurdo, falta de bom senso do aluno.
- (C) Deferiu informalmente, não devendo constar nos registros escolares o nome social, pois o aluno era menor de idade.
- (D) Indeferiu, pois o aluno era menor de idade.
- (E) Não aceitou o requerimento, pois o aluno não se enquadrava na legislação vigente.

57- A Lei nº 16.279/16 aprova o Plano Estadual de Educação de São Paulo - PEE, em consonância com as diretrizes, metas e estratégias previstas no Plano Nacional de Educação - PNE, aprovado pela Lei Federal nº 13.005/14 e estabelece as diretrizes. Indique Verdadeiro ou Falso para cada uma das afirmações abaixo descritas:

- () Erradicação do analfabetismo.

- () Universalização do atendimento escolar.
- () Superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação.
- () Melhoria da qualidade da educação.
- () Formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade.
- () Promoção do princípio da gestão democrática da educação pública.
- () Promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do estado e do país.
- () Valorização dos profissionais da educação.
- () Promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade étnico-racial e à sustentabilidade socioambiental.

(A) V, V, V, V, V, V, V, V, V, V.

(B) V, V, V, V, F, V, V, V, V, V.

(C) V, F, V, V, V, V, V, V, V, V.

(D) V, V, V, V, V, F, V, V, V, V.

(E) V, F, V, V, V, F, V, V, V, V.

58- De acordo com documento elaborado pelo Ministério Público do Estado de São Paulo, o que significa Justiça Restaurativa?

- (A) É uma forma de gerenciamento de conflitos, através do qual um facilitador auxilia a parte ofendida pelo conflito, a realizarem um processo dialógico visando transformar uma relação de resistência e oposição em relação de cooperação.
- (B) É uma forma de gerenciamento de conflitos, através do qual um policial vai até a escola e auxilia a parte ofendida direta e indiretamente, a realizar uma averiguação preliminar, visando resolver a situação.
- (C) É uma forma de gerenciamento de conflitos, através do qual um gestor auxilia todas as partes direta e indiretamente envolvidas num conflito, a realizarem um processo dialógico visando transformar uma relação de resistência e oposição em relação de cooperação.
- (D) É uma forma de gerenciamento de conflitos, através do qual um professor auxilia todas as partes direta e indiretamente envolvidas num conflito, a realizarem uma acareação visando resolver a desordem provocada.

(E) É uma forma de gerenciamento de conflitos, através do qual um facilitador auxilia todas as partes direta e indiretamente envolvidas num conflito, a realizarem um processo dialógico visando transformar uma relação de resistência e oposição em relação de cooperação.

59- Para buscarmos, cada vez mais, ambientes escolares pacíficos e restaurativos, é imprescindível, entre outras, as seguintes ações:

- I. Aprimorar, fortalecer e priorizar a boa conexão entre escola-família-comunidade, principalmente com o fortalecimento dos Conselhos Escolares.
- II. Realizar atividades contínuas que possam melhorar o vínculo interno nas unidades escolares e tornar pacíficos os ambientes escolares.
- III. Construir coletivamente as regras de convivência
- IV. Democratizar a escola e tornar democráticos os espaços no sistema escolar.
- V. Fortalecer a cidadania e a participação nas atividades escolares, construindo canais que permitam o protagonismo de todos.
- VI. Fortalecer os grêmios estudantis e os conselhos escolares.
- VII. Aprimorar o vínculo interno nas relações humanas, priorizando o diálogo e a cooperação entre todas as pessoas da comunidade escolar.
- VIII. Aperfeiçoar competências e habilidades que permitam uma boa comunicação e um bom diálogo entre todos.
- IX. Construir soluções alternativas e pacíficas aos conflitos que terminem em violência.
- X. Construção de conteúdos e de atividades pedagógicas que sejam contextualizadas e façam sentido para os alunos.
- XI. Criar redes informais de apoio a crianças e adolescentes necessitados e manter uma boa articulação com a rede intersetorial de atendimento, da qual a escola também é parte.

Estão de acordo com os pressupostos da Justiça Restaurativa as ações elencadas nos itens:

- (A) I, II, IV, V, VI, VII, IX, X, XI.
- (B) I, II, III, IV, V, VI, VII, VIII, X, XI.
- (C) I, II, III, IV, V, VI, VII, VIII, IX, X, XI.
- (D) I, II, III, IV, V, VI, VII, VIII, IX, XI.
- (E) I, II, III, V, VI, VII, VIII, IX, X.

60- O Decreto nº 6.094/07 dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, pela União, em regime de colaboração com Municípios, Distrito Federal e Estados. Quando o ente federativo se vincula ao referido Plano ele passa a participar de vários programas de assistência técnica e financeira, com objetivo da melhoria da qualidade da educação.

A vinculação/ adesão de cada ente federativo é:

- (A) Obrigatória.
- (B) Automática.
- (C) Mandatória.
- (D) Voluntária.
- (E) Em caráter extraordinário.

61- Está previsto no Decreto nº 6.094/07, que dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação que o apoio da União dar-se-á mediante ações de assistência técnica ou financeira, que privilegiarão a implementação das diretrizes propostas no Plano mediante a elaboração de:

- (A) Um Plano de Ações Articuladas – PAR.
- (B) Uma Carta de intenções proveniente dos Conselhos de Educação.
- (C) Um decreto de cada ente federativo vinculado.
- (D) A adesão ao Plano e Carta de intenções do Conselho Estadual de Educação.
- (E) A adesão ao Plano e Carta de intenções dos Conselhos Municipais e Estaduais de Educação.

62- As escolas da rede pública estadual ficam obrigadas a comunicar, por escrito, a ocorrência de excesso de faltas dos alunos regularmente matriculados no ensino fundamental e no ensino médio aos pais, ao Conselho Tutelar e à Vara da Infância e da Juventude, quando for atingido o limite de:

- (A) 05% das faltas.
- (B) 10% das faltas.
- (C) 15% das faltas.
- (D) 20% das faltas.
- (E) 25% das faltas.

63- Dona Eleonora, mãe de um aluno matriculado no 1º ano do ensino médio, foi até a escola para conversar com a equipe gestora sobre a situação de seu filho que estava doente e com um prognóstico de permanecer acamado por um período relativamente longo. A diretora encaminhou a questão na seguinte conformidade:

- (A) Dona Eleonora deverá fazer um requerimento de condições especiais para as atividades escolares à escola e juntar a esse documento o atestado comprobatório do motivo da solicitação, emitido exclusivamente pelo médico responsável pelo tratamento.
- (B) Dona Eleonora deverá fazer um requerimento para cada um dos professores do aluno e juntar a esse documento o atestado comprobatório do motivo da solicitação, emitido exclusivamente pelo médico responsável pelo tratamento.
- (C) A família ficará responsável por buscar as atividades com cada professor e ensinar o aluno para que não perca o ano.
- (D) A família ficará responsável por buscar as atividades com os colegas do aluno e entregar na escola para que ele não perca o ano.
- (E) Quando o afastamento for superior a 30 dias, não poderá ser feito compensação de ausências.

64- De acordo com a Deliberação CEE nº 59/06 que estabelece condições especiais de atividades escolares de aprendizagem e avaliação, para aluno cujo estado de saúde as recomende, a quem cabe a decisão de deferimento do requerimento feito pelo aluno ou família para a matéria em tela?

- (A) Ao médico.
- (B) Ao Supervisor de Ensino.
- (C) Ao Núcleo de Apoio Pedagógico Especializado – CAPE.
- (D) À direção da instituição educacional.
- (E) Dirigente de Ensino a qual a escola está jurisdicionada.

65- A Lei nº 12.527/11 que dispõe sobre os procedimentos a serem observados pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, com a finalidade de garantir o acesso a informações estabelece quem poderá solicitar acesso a informações:

- (A) Funcionários públicos federais.
- (B) Funcionários públicos estaduais permissionados.
- (C) Secretários estaduais e municipais.
- (D) Militares em exercício de suas funções.

(E) Qualquer cidadão interessado.

66- De acordo com o disposto no Decreto nº 58.052/12 de São Paulo, o pedido de informação, deverá ser apresentado:

- (A) Ao Chefe do Executivo.
- (B) À Central de Atendimento ao Cidadão - CAC.
- (C) Ao Serviço de Informações ao Cidadão - SIC.
- (D) Às Comissões de Avaliação de Documentos e Acesso - CADA.
- (E) Ao Sistema de Arquivos do Estado de São Paulo - SAESP.

67- De acordo com o artigo 251 do Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado (Lei 10.261/68), indique as penas disciplinares.

- I. Repreensão e suspensão.
- II. Multa e demissão.
- III. Demissão a bem do serviço público.
- IV. Cassação da aposentadoria ou disponibilidade.

Estão corretos os itens:

- (A) I, II, III, IV.
- (B) II, III, IV.
- (C) I, II, III.
- (D) I, III, IV.
- (E) I, II, IV.

68-A Lei nº 10.261/68 - Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado prevê em seu artigo 241 os deveres do funcionário. Abaixo estão elencados alguns desses deveres à exceção de um. Indique.

- (A) Ser assíduo e pontual e desempenhar com zelo e presteza os trabalhos de que for incumbido.
- (B) Cumprir todas as ordens superiores.
- (C) Guardar sigilo sobre os assuntos da repartição e, especialmente, sobre despachos, decisões ou providências.
- (D) Representar aos superiores sobre todas as irregularidades de que tiver conhecimento no exercício de suas funções.
- (E) Tratar com urbanidade as pessoas.

69-O artigo 242 do Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado dispõe sobre proibições aos funcionários públicos. Coloque Verdadeiro ou Falso nas afirmações abaixo.

- () Retirar, sem prévia permissão da autoridade competente, qualquer documento ou objeto existente na repartição.
- () Entreter-se, durante as horas de trabalho, em palestras, leituras ou outras atividades estranhas ao serviço.
- () Deixar de comparecer ao serviço sem causa justificada.
- () Tratar de interesses particulares na repartição.
- () Promover manifestações de apreço ou despreço dentro da repartição, ou tornar-se solidário com elas.
- () Exercer comércio entre os companheiros de serviço, promover ou subscrever listas de donativos dentro da repartição.
- () Empregar material do serviço público em serviço particular.

- (A) V, F, V, V, V, V, V.
- (B) V, F, V, V, V, F, V.
- (C) V, V, V, V, V, V, V.
- (D) V, F, V, F, V, V, V.
- (E) V, V, V, V, V, F, V.

70- A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é considerada:

- (A) Uma lei referente à organização da educação brasileira.
- (B) Uma lei referente somente à educação básica.
- (C) O currículo da educação básica para ser seguido pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios.
- (D) Uma estratégia de ensino para dar unidade nacional à educação.
- (E) Um referencial curricular.

71- A Base Nacional Comum Curricular – BNCC, documento normativo e orientado pelos princípios éticos, políticos e estéticos que visam à formação humana integral e à construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva, fundamentado nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação

Básica e referencial para a formulação de currículos de todas as escolas de educação básica do país, tem como objetivos:

- (A) Superar a fragmentação das políticas educacionais e garantir um patamar comum de aprendizagens a todos os estudantes.
- (B) Promover avaliações externas no âmbito federal, estadual e municipal.
- (C) Inibir regime de colaboração entre as três esferas de governo.
- (D) Compreender a complexidade e a linearidade das ações educacionais rompendo com visões reducionistas.
- (E) Superar a parte diversificada do currículo.

72- Ao longo da Educação Básica, as aprendizagens essenciais definidas na BNCC devem concorrer para assegurar aos estudantes o desenvolvimento de dez competências gerais, que consubstanciam, no âmbito pedagógico, os direitos de aprendizagem e desenvolvimento.

O quadro abaixo apresenta as dez Competências Gerais e uma breve explicação de cada uma delas. Relacione a coluna I com a II.

| I | II |
|--|--|
| 1- Conhecimento | a- Valorizar e fruir as diversas manifestações artísticas e culturais, das locais às mundiais, e também participar de práticas diversificadas da produção artístico-cultural. |
| 2- Pensamento científico, crítico e criativo | b- Utilizar diferentes linguagens – verbal (oral ou visual-motora, como Libras, e escrita), corporal, visual, sonora e digital –, bem como conhecimentos das linguagens artística, matemática e científica, para se expressar e partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos e produzir sentidos que levem ao entendimento mútuo. |
| 3- Repertório cultural | c- Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza. |
| 4- Comunicação | d- Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, |

| | |
|-----------------------------------|---|
| | acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva. |
| 5- Cultura digital | e- Argumentar com base em fatos, dados e informações confiáveis, para formular, negociar e defender ideias, pontos de vista e decisões comuns que respeitem e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional e global, com posicionamento ético em relação ao cuidado de si mesmo, dos outros e do planeta. |
| 6- Trabalho e projeto de vida | f- Agir pessoal e coletivamente com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, tomando decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários. |
| 7- Argumentação | g- Exercitar a curiosidade intelectual e recorrer à abordagem própria das ciências, incluindo a investigação, a reflexão, a análise crítica, a imaginação e a criatividade, para investigar causas, elaborar e testar hipóteses, formular e resolver problemas e criar soluções (inclusive tecnológicas) com base nos conhecimentos das diferentes áreas. |
| 8- Autoconhecimento e autocuidado | h- Valorizar a diversidade de saberes e vivências culturais e apropriar-se de conhecimentos e experiências que lhe possibilitem entender as relações próprias do mundo do trabalho e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade. |
| 9- Empatia e cooperação | i- Conhecer-se, apreciar-se e cuidar de sua saúde física e emocional, compreendendo-se na diversidade humana e reconhecendo suas emoções e as dos outros, com autocrítica e capacidade para lidar com elas. |
| 10- Responsabilidade e cidadania | j- Valorizar e utilizar os conhecimentos historicamente construídos sobre o mundo físico, social, cultural e digital para entender e explicar a realidade, continuar aprendendo e colaborar para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva. |

- (A) 1- g, j- g, 3- a, 4- b, 5- d, 6- h, 7- e, 8- i, 9- c, 10- f
 (B) 1- j, 2- g, 3- a, 4- b, 5- i, 6- h, 7- e, 8- d, 9- c, 10- f
 (C) 1- j, 2- g, 3- a, 4- b, 5- d, 6- h, 7- e, 8- i, 9- c, 10- f
 (D) 1- j, 2- g, 3- a, 4- c, 5- d, 6- h, 7- e, 8- i, 9- b, 10- f
 (E) 1- j, 2- e, 3- a, 4- b, 5- d, 6- h, 7- g, 8- i, 9- c, 10- f

73-Quais são os marcos legais que embasam a Base Nacional Comum Curricular?

- (A) Constituição Federal.
- (B) Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.
- (C) Diretrizes Curriculares Nacionais.
- (D) Plano Nacional de Educação.
- (E) Todos os documentos citados anteriormente.

74-A BNCC, no Ensino Fundamental, está organizada em Áreas do Conhecimento, a saber:

- (A) Linguagens, Matemática, Ciências da Natureza e Ensino Religioso.
- (B) Linguagens, Matemática, Ciências da Natureza, Ciências Humanas e Ensino Religioso.
- (C) Linguagens, Matemática, Ciências Humanas e Ensino Religioso.
- (D) Linguagens, Matemática, Ciências da Natureza, Ciências Humanas.
- (E) Linguagens, Matemática, Ciências da Natureza, Ciências Humanas e Educação Física.

75-De acordo com a Resolução CNE/CP nº 2 de 2017, que institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular, os currículos escolares relativos a todas as etapas e modalidades da Educação Básica devem ter:

- (A) A BNCC como referência obrigatória e uma parte diversificada, definida pelas instituições ou redes escolares.
- (B) A BNCC como sugestão de referência e uma parte diversificada, definida pelas instituições ou redes escolares.
- (C) A BNCC como referência obrigatória e incluir uma parte diversificada, definida pelo MEC.
- (D) A BNCC como referência e uma parte diversificada, definida pelo Conselho Nacional de Educação.
- (E) A BNCC como referência e uma língua estrangeira moderna, definida pelas instituições ou redes escolares.

76-A Secretaria da Educação do Estado de São Paulo, por meio da Escola de Formação e Aperfeiçoamento dos Professores “Paulo Renato Costa Souza” – EFAP propôs, estrategicamente, a organização de agrupamentos como eixos centrais para a oferta de ações formativas aos servidores da rede.

I - Currículo e Prática de Ensino na Educação Básica, suas Modalidades e Atendimentos Específicos.

II - Gestão Educacional.

III - Grandes Temas da Atualidade.

Indique os eixos centrais para a oferta de ações formativas:

- (A) I.
- (B) II.
- (C) I, II.
- (D) I, III.
- (E) I, II, III.

77-As ações de formação continuada destinadas aos gestores da SEE-SP estão ancoradas em uma Matriz de Competência de Liderança e suas respectivas habilidades, definidas de modo a desenvolver e aprimorar a atuação desses gestores.

Nas afirmações abaixo estão elencadas as competências de liderança, à exceção de uma. Indique.

- (A) Engajar, motivar, inspirar e mobilizar o indivíduo e a equipe.
- (B) Reconhecer, valorizar e desenvolver o indivíduo e a equipe, bem como a comunidade escolar.
- (C) Identificar e buscar soluções para situações problema.
- (D) Focar no ensino e aprendizagem e resultado dos alunos.
- (E) Afracar uma comunicação eficiente e eficaz.

78- Leia os fragmentos retirados do documento Diretrizes de Formação Continuada para Gestores da SEE-SP.

“1. Conhecer e utilizar dados de desempenho dos alunos para tomar decisões no âmbito de sua atuação.”

“2. Possuir e promover a consciência de que as ações e tomadas de decisões, suas ou da equipe, impactam direta e indiretamente nas condições de ensino e aprendizagem e desempenho dos alunos.”

Essas afirmações se referem a estratégias que correspondem a qual competência de liderança?

- (A) Focar no ensino e aprendizagem e resultado dos alunos.
- (B) Identificar e buscar soluções para situações problema.
- (C) Motivar e inspirar e mobilizar o indivíduo e a equipe

- (D) Reconhecer, valorizar e desenvolver o indivíduo e a equipe.
- (E) Promover uma comunicação eficiente e eficaz

79- De acordo com o documento Diretrizes de Formação Continuada para Gestores da SEE-SP, uma das características importantes que o líder educacional deve apresentar é a capacidade de:

- (A) Identificar, em sua equipe um substituto.
- (B) Identificar, em sua equipe, as lideranças intermediárias.
- (C) Buscar alternativas para desmistificar sua gestão republicana.
- (D) Trabalhar com os órgãos superiores de forma horizontalizada.
- (E) Realizar suas tarefas designadas pela sua chefia mediata.

80- Analise as afirmações abaixo, segundo a Secretaria da Educação. Currículo do Estado de São Paulo: linguagens, códigos e suas tecnologias.

- I- O currículo da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo tem como princípios centrais: a escola que aprende; o currículo como espaço de cultura; as competências como eixo de aprendizagem; a prioridade da competência de leitura e de escrita; a articulação das competências para aprender; e a contextualização no mundo do trabalho.
- II- Um currículo que promove competências tem o compromisso de articular as disciplinas e as atividades escolares com aquilo que se espera que os alunos aprendam ao longo dos anos.
- III- Um currículo referenciado em competências supõe que se aceite o desafio de promover os conhecimentos próprios de cada disciplina articuladamente às competências e habilidades do aluno.
- IV- Competências caracterizam modos de ser, de raciocinar e de interagir, que podem ser apreendidos das ações e das tomadas de decisão em contextos de problemas de tarefas ou de atividades.

Assinale a alternativa correta:

- (A) Apenas as afirmações I, II e III estão corretas.
- (B) Apenas a afirmação II está correta.
- (C) Apenas a afirmação III está correta.
- (D) Apenas as afirmações I, III e IV estão corretas.
- (E) Todas as afirmações estão corretas.

81- Uma das razões para se optar por uma educação centrada em competências diz respeito à democratização da escola. Assim:

- (A) Com a universalização do Ensino Fundamental, a educação incorpora a homogeneidade que caracteriza o povo brasileiro; nesse contexto, para ser democrática a escola não precisa ser igualmente acessível a todos.
- (B) Todos têm direito de construir, ao longo de sua escolaridade, um conjunto básico de competências, definido pela lei.
- (C) É comum que o professor, ao formular seu plano de trabalho, indique o que o aluno vai aprender.
- (D) A transição da cultura do ensino para a da aprendizagem é um processo individual.
- (E) Os alunos considerados neste Currículo do Estado de São Paulo têm, de modo geral, entre 07 e 10 anos.

82- De acordo com a Secretaria da Educação – Matrizes de Referência para avaliação SARESP: documento básico estaria INCORRETO afirmar que:

- (A) As habilidades possibilitam inferir, pela Escala de Proficiência adotada, o nível em que os alunos dominam as competências cognitivas, avaliadas relativamente aos conteúdos das disciplinas e em cada série ou ano escolares.
- (B) Competências cognitivas são modalidades estruturais da inteligência, ou melhor, o conjunto de ações e operações mentais que o sujeito utiliza para estabelecer relações com e entre os objetos, situações, fenômenos e pessoas que deseja conhecer.
- (C) Uma matriz de referência de avaliação só possui uma única finalidade.
- (D) No caso do Saresp, a matriz foi elaborada a partir da nova Proposta Curricular do Estado de São Paulo. Os conteúdos, competências e habilidades apontadas na Proposta para cada série e disciplina do currículo, indicam as bases conceituais da matriz proposta para avaliação.
- (E) Do ponto de vista social, verifica-se se o aluno é capaz de seguir regras, ser avaliado em uma situação coletiva que envolva cooperação e competição (limites de tempo, definição das respostas, número de questões, entre outros), respeito mútuo etc.

83- As competências e habilidades indicadas na Proposta Curricular são importantes para o desenvolvimento dos alunos e para o trabalho em sala de aula, e são passíveis de ser avaliadas em instrumentos formais de provas realizadas em larga escala, como é o Saresp.

- (A) Entre as habilidades do Grupo I temos: descrever objetos, situações, fenômenos, acontecimentos etc. e interpretar as descrições correspondentes.
- (B) As habilidades relativas às competências do Grupo II referem-se aos esquemas representativos propostos por Jean Piaget.
- (C) O Grupo III corresponde às competências para realizar.
- (D) As competências do Grupo II são nomeadas como competências para observar.
- (E) A habilidade de classificar – organizar objetos, fatos, fenômenos, acontecimentos e suas representações correspondem ao Grupo I.

84- Segundo o Currículo do Estado de São Paulo: ciências da natureza e suas tecnologias – Secretaria da Educação, estaria INCORRETO afirmar que:

- (A) Alfabetizar-se tecnologicamente é entender as tecnologias da história humana como elementos da cultura, como parte das práticas sociais, culturais e produtivas, que, por sua vez, são inseparáveis dos conhecimentos científicos, artísticos e linguísticos que as fundamentam.
- (B) A educação tecnológica básica tem o sentido de preparar os alunos para viver e conviver em um mundo no qual a tecnologia está cada vez mais presente, no qual a tarja magnética, o celular, o código de barras e outros tantos recursos digitais se incorporam velozmente à vida das pessoas, qualquer que seja sua condição socioeconômica.
- (C) A compreensão dos fundamentos científicos e tecnológicos da produção faz da tecnologia a chave para relacionar o currículo ao mundo da produção de bens e serviços, isto é, aos processos pelos quais a humanidade – e cada um de nós – produz os bens e serviços de que necessita para viver.
- (D) Mais do que simples divisões do saber, as disciplinas em geral são campos de investigação e de sistematização dos conhecimentos. Algumas delas são milenares, como a Filosofia, a História e a Física. Outras, como a Matemática, reúnem campos igualmente antigos, como a Geometria e a Álgebra. Outras ainda, como a Biologia, são reuniões recentes de campos tradicionais, como a Botânica, a Zoologia e a História Natural, aos quais se somaram outros, mais contemporâneos, como a Genética.
- (E) O desenvolvimento científico-tecnológico tem sido muito vagaroso.

85- Mais do que simples divisões do saber as disciplinas em geral são campos de investigação e de sistematização dos conhecimentos:

- (A) O conjunto das Ciências da Natureza pode ser tomado como uma das áreas do conhecimento que organizam a aprendizagem na educação básica.
- (B) Ao fim do Ensino Fundamental, ainda não é possível identificar e qualificar as muitas tecnologias presentes na produção industrial e energética, agropecuária e extrativa, nas comunicações, no processamento de informações, nos serviços de saúde, nos bens de consumo, no monitoramento ambiental etc.
- (C) Não há uma ampla ligação entre a área das linguagens e códigos, e as Ciências da Natureza.
- (D) A educação de base que se conclui no Ensino Médio não deve promover conhecimento científico e tecnológico para ser apreendido e dominado pelos cidadãos como recurso seu.
- (E) A escola hoje é a única detentora da informação e do conhecimento.

86- Com base na Deliberação CEE 155/17:

- (A) As escolas devem estabelecer projeto especial para atender alunos cujas condições especiais de saúde comprometam o cumprimento das obrigações escolares.
- (B) As escolas não devem estabelecer projeto especial para atender alunos cujas condições especiais de saúde comprometam o cumprimento das obrigações escolares.
- (C) A educação de qualidade, como um direito fundamental, é, antes de tudo, relevante, pertinente e equitativa, sendo que a relevância reporta-se à promoção de aprendizagens significativas do ponto de vista das exigências sociais e não de desenvolvimento pessoal.

- (D) O resultado final da avaliação feita pela escola, em consonância com o Regimento Escolar, não deve refletir o desempenho global do aluno durante o período letivo, no conjunto dos componentes curriculares cursados, com preponderância dos aspectos quantitativos sobre os qualitativos.
- (E) Após cada avaliação, o aluno, ou seu representante legal, que dela discordar, não poderá apresentar pedido de reconsideração junto à direção da escola.

87- Analise as afirmações abaixo, conforme a Deliberação CEE 155/17:

- I- No início de cada período letivo, a escola comunicará aos alunos e seus responsáveis legais: I – o calendário escolar, com informações sobre o direito de pedido de reconsideração ou recurso, nos termos do Regimento, incluindo prazos e procedimentos; II – o fato de que tais pedidos serão apenas considerados, caso o aluno interessado mantenha-se matriculado na escola em questão.
- II- O Regimento Escolar deve assegurar as condições institucionais adequadas para: a) a execução da proposta pedagógica; b) a oferta de uma educação com vistas ao aprendizado e progresso dos alunos; c) a participação dos professores.
- III- As escolas do Sistema Estadual de Ensino deverão formular sua Proposta Pedagógica, indicando com clareza as aprendizagens que devem ser asseguradas aos alunos, e elaborar o Regimento Escolar, especificando sua proposta curricular e as estratégias de implementação do currículo sem indicar as formas de avaliação dos alunos.
- IV- A necessidade de assegurar aos alunos um percurso contínuo de aprendizagem torna imperativa a articulação de todas as etapas da Educação Básica, especialmente do Ensino Fundamental com a Educação Infantil, dos anos iniciais e dos anos finais no interior do Ensino Fundamental, bem como do Ensino Fundamental com o Ensino Médio, garantindo a progressão ao longo da Educação Básica.

Assinale a alternativa correta:

- (A) Apenas as afirmações I, II e III estão corretas.
(B) Apenas a afirmação II está correta.
(C) Apenas a afirmação III está correta.
(D) Apenas as afirmações I, II e IV estão corretas.
(E) Todas as afirmações estão corretas.

88- Com base na Resolução SE 73, de 29-12-2014, que dispõe sobre a reorganização do Ensino Fundamental em Regime de Progressão Continuada e sobre os Mecanismos de Apoio Escolar aos alunos dos Ensinos Fundamental e Médio das escolas estaduais, no seu artigo 3º, A reorganização do ensino por Ciclos de Aprendizagem oferece à escola efetivas possibilidades de:

- (A) Evidenciar a não importância que a flexibilização do tempo representa para a organização do ensino e para a efetivação de aprendizagens.
- (B) Fornecer a pais e/ou responsáveis parâmetros e orientações para a não necessidade de monitoramento do processo de aprendizagem do aluno.
- (C) Garantir ao aluno um ensino global sem se preocupar com os conhecimentos prévios, ou com a implementação de novos conteúdos curriculares.
- (D) Ressaltar a importância de intervenções pedagógicas, porém sem ações de reforço, ou recuperação como mecanismos dispensáveis à obtenção de bons resultados de aprendizagem;
- (E) Subsidiar gestores e professores no agrupamento de alunos, na constituição de classes e na organização dos processos de ensino, acompanhamento e avaliação contínua da aprendizagem.

89- Com base na Resolução SE 73, de 29-12-2014, que dispõe sobre a reorganização do Ensino Fundamental em Regime de Progressão Continuada e sobre os Mecanismos de Apoio Escolar aos alunos dos Ensinos Fundamental e Médio das escolas estaduais, no seu Artigo 4º - Os Ciclos de Aprendizagem, compreendidos como espaços temporais interdependentes e articulados entre si, definem-se ao longo dos nove anos do Ensino Fundamental, na seguinte conformidade:

- (A) Ciclo de Alfabetização, do 1º ao 3º ano; Ciclo Intermediário, do 4º ao 6º ano; e Ciclo final, do 7º ao 9º ano.
- (B) Ciclo de Alfabetização, do 1º ao 4º ano; Ciclo Intermediário, do 5º ao 7º ano; e Ciclo final, do 8º ao 9º ano.
- (C) Ciclo de Alfabetização, do 1º ao 2º ano; Ciclo Intermediário, do 3º ao 5º ano; e Ciclo final, do 6º ao 9º ano.
- (D) Ciclo de Alfabetização, do 1º ao 4º ano; Ciclo Intermediário, do 5º ao 6º ano; e Ciclo final, do 7º ao 9º ano.
- (E) Ciclo de Alfabetização, do 1º ao 3º ano; Ciclo Intermediário, do 4º ao 5º ano; e Ciclo final, do 6º ao 9º ano.

90- A DELIBERAÇÃO CEE Nº 9/97 Institui, no Sistema de Ensino do Estado de São Paulo, o regime de progressão continuada no ensino fundamental. No Artigo 1º Fica instituído no Sistema de Ensino do Estado de São Paulo o regime de progressão continuada, no ensino fundamental, com duração de:

- (A) Sete anos
- (B) Oito anos
- (C) Nove anos
- (D) Dez anos

91- A DELIBERAÇÃO CEE Nº 9/97 Institui, no Sistema de Ensino do Estado de São Paulo, o regime de progressão continuada no ensino fundamental. No Artigo 3º O projeto educacional de implantação do regime de progressão

continuada deverá especificar, entre outros aspectos, mecanismos que assegurem:

- (A) Somente a avaliação institucional interna
- (B) Somente a avaliação institucional externa
- (C) Meios alternativos de adaptação, de reforço, de reclassificação, de avanço, de reconhecimento, de aproveitamento e de aceleração de estudos.
- (D) Atividade de reforço, sem recuperação paralela.
- (E) Articulação com as famílias no acompanhamento do aluno somente no início e não durante todo o processo.

92- Analise as afirmações abaixo com base no Programa de qualidade da escola: nota técnica. São Paulo: SEE, 2018.

- I- O IDESP é um indicador que avalia a qualidade da escola. Nesta avaliação, considera-se que uma boa escola é aquela em que a maior parte dos alunos apreende as competências e habilidades requeridas para a sua série/ano, num período de tempo ideal – o ano letivo. Por este motivo, o IDESP é composto por dois critérios: o desempenho dos alunos nos exames de proficiência do SARESP (o quanto aprenderam) e o fluxo escolar (em quanto tempo aprenderam).
- II- De acordo com as notas obtidas pelos alunos, é possível agrupá-los em quatro níveis de desempenho, definidos a partir das expectativas de aprendizagem da Proposta Pedagógica do Estado de São Paulo: abaixo do básico, básico, adequado e avançado.
- III- Atualmente, uma das maiores demandas sociais é a melhoria da qualidade da educação.
- IV- A grande inovação do PQE em 2008 foi propor metas de longo prazo para a melhoria de toda a rede estadual de ensino e, junto com elas, estabelecer metas anuais específicas para cada escola, com o objetivo de garantir que todas elas atinjam a meta de longo prazo.

Assinale a alternativa correta:

- (A) Apenas as afirmações I, II e III estão corretas.
- (B) Apenas a afirmação II está correta.
- (C) Apenas a afirmação III está correta.
- (D) Apenas as afirmações I, II e IV estão corretas.
- (E) Todas as afirmações estão corretas.

93- Tendo como base o Programa de qualidade da escola: nota técnica. São Paulo: SEE, 2018, podemos afirmar que:

- (A) Ele tem como objetivo promover a melhoria da qualidade e a equidade do sistema de ensino na rede estadual paulista, com ênfase no direito que todos os alunos da rede pública possuem: o direito de aprender com qualidade.
- (B) Para realizar esta tarefa, o Programa de Qualidade da Escola avalia semestralmente cada escola estadual paulista de maneira objetiva, a fim de acompanhar a qualidade do serviço educacional prestado, e propõe metas para o aprimoramento da qualidade do ensino que oferecem. A partir do

IDESP (Índice de Desenvolvimento da Educação do Estado de São Paulo) – indicador que mede a qualidade das escolas.

- (C) A partir do IDESP (Índice de Desenvolvimento da Educação do Estado de São Paulo) – indicador que mede a qualidade das escolas. O IDESP tem o papel de dialogar com a escola, fornecendo-lhe apenas um diagnóstico que aponte suas fragilidades
- (D) O IDESP corresponde à divisão de dois indicadores – o indicador de desempenho (ID), que avalia quanto os alunos aprenderam, e o indicador de fluxo (IF), que avalia quanto tempo os alunos levam para aprender.
- (E) O desempenho dos alunos é medido pelos resultados dos exames de Língua Portuguesa (LP) e Matemática (Mat) do SARESP, nos 7º e 9º anos do Ensino Fundamental e na 1ª série do Ensino Médio.

94- A Resolução SE nº 27, de 29 de março de 1996 dispõe sobre o Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo, no seu artigo 2º que o Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo abrangerá todas as escolas da rede estadual e as redes municipal e particular que aderirem à proposta, contemplando, de forma gradativa e continua:

- (A) Todas as séries do ensino fundamental, apenas nos seguintes componentes curriculares: Português (incluindo redação) e Matemática.
- (B) Todas as séries do ensino fundamental, apenas no seguinte componente curricular: Português (incluindo redação) .
- (C) Todas as séries do ensino fundamental, nos seguintes componentes curriculares: Português (incluindo redação) e Matemática, Ciências, História e Geografia; e todas as séries do ensino médio nos seguintes componentes curriculares: Português (incluindo redação), Matemática, História, Geografia, Química, Física e Biologia.
- (D) Todas as séries do ensino médio apenas nos seguintes componentes curriculares: Português (incluindo redação) e Matemática.
- (E) Todas as séries do ensino médio e do ensino fundamental apenas no componente curricular de história.

95- Considerando a importância de que a Matemática seja entendida pelos estudantes como uma forma de compreender e atuar no mundo e que o conhecimento gerado nessa área do saber seja percebido como fruto da construção humana na sua interação constante com o contexto natural, social e cultural, é fundamental que além da aprendizagem de conceitos e procedimentos, ao longo do ensino fundamental, professores e estudantes construam um ambiente favorável para essa aprendizagem e constituam atitudes positivas em relação aos seguintes aspectos:

- (A) Confiança somente no professor para que ele elabore as estratégias diante de situações problemas.

- (B) Valorização da troca de experiência com seus pais, mas não com os seus pares.
- (C) Curiosidade por questionar, explorar e interpretar os diferentes usos dos números.
- (D) Curiosidade por copiar os conteúdos, sem interesse.
- (E) Apreciação da organização na elaboração, mas não na apresentação dos trabalhos.

96- Dona Alice é professora do ____ ano. Em função do trabalho realizado no ano anterior e das vivências dos alunos, espera-se que ao longo deste ano os alunos possam identificar, nomear e escrever números com dois ou três e até mais dígitos. Espera-se também que eles possam estabelecer critérios de comparação entre números, apoiados na sequência numérica ou observando quantos dígitos compõem sua escrita. Ainda podem produzir escritas numéricas referenciando se na numeração falada. Neste ano, as abordagens das Grandezas e Medidas com as crianças são realizadas com base nas situações de uso, preferencialmente daquelas que elas já vivenciam: medir o tempo, a temperatura, o comprimento de um objeto, a massa de um corpo, a capacidade de um vasilhame são alguns exemplos. As atividades oferecidas a elas devem ser problematizadoras e de caráter prático. Investigações sobre como são vendidos alguns produtos no mercado, na feira, na padaria oferecem excelentes oportunidades para que as crianças comecem a estabelecer relações entre grandezas, unidades de medida e instrumentos ou outros recursos usados para medir. Ser capaz de estabelecer relações entre números, com os que lhe estão próximos (por exemplo, relacionar o 5 com o 6, com o 4, ou com o 3) e estabelecer relações entre os números, que são menores ou maiores que 10, os que são pares ou ímpares, são aspectos essenciais de que a criança tem o sentido de número. Os alunos de Dona Alice estão no:

- (A) 1º ano
- (B) 2º ano
- (C) 3º ano
- (D) 4º ano
- (E) 5º ano